

PORTE PAGO  
DTR/PR  
ISR - 48 - 420/87

# Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

**IPARDES**

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Impresso

# Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

**IPARDES**  
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social  
Curitiba, v.29, n.07-08, p.1-46, julho/agosto 2007

## SUMÁRIO

### GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ROBERTO REQUIÃO - Governador

### SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

ÊNIO JOSÉ VERRI - Secretário

### IPARDES

JOSÉ MORAES NETO

*Diretor-Presidente*

NEI CELSO FATUCH

*Diretor Administrativo-Financeiro*

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN

*Diretora do Centro de Pesquisa*

DEBORAH RIBEIRO CARVALHO

*Diretora do Centro Estadual de Estatística*

THAÍS KORNIN

*Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento*

### ANÁLISE CONJUNTURAL

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (*editor*)

### Equipe

AGEMIR DE CARVALHO DIAS (*Sociólogo*)

GILMAR MENDES LOURENÇO (*Economista*)

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

SILMARA CIMBALISTA (*Pedagoga*)

LEONARDO MARCON WEBER

MÁRIO RICARDO MALLASSA

MONIQUE LOVERA PASTRO

(*Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários*)

### EDITORIAÇÃO

MARIA LAURA ZOCLOTTI (*supervisão editorial*)

ESTELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão*)

LUIZA DE FÁTIMA P. MENDES LOURENÇO  
(*normalização bibliográfica*)

ANA BATISTA MARTINS

(*edição eletrônica*)

### IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento

Econômico e Social

Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 2

CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba - Paraná

TEL.: (41) 3351-6335 - FAX (41) 3351-6347

INTERNET: <http://www.ipardes.gov.br>

E-MAIL: [ipardes@ipardes.gov.br](mailto:ipardes@ipardes.gov.br)

**Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.**

<b>C</b> omponentes e desdobramentos da turbulência mundial <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	3
<b>O</b> comércio exterior brasileiro e a conjuntura internacional <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	6
<b>B</b> rasil: requisitos ao crescimento sustentado <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	9
<b>P</b> ros e contras do financiamento da antecipação do 13.º salário <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	12
<b>M</b> udanças no mercado de trabalho formal no Paraná - 1985-2005 <i>Silmara Cimbalista</i>	14
<b>A</b> tratividade das cadernetas de poupança <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	17
<b>R</b> aízes dos recordes tributários <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	19
<b>A</b> retomada conjuntural da inflação <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	20
<b>T</b> ópicos da Conjuntura <i>Gilmar Mendes Lourenço, Julio Takeshi Suzuki Júnior e Silmara Cimbalista</i>	21
<b>P</b> araná – Destaques Econômicos <i>Guilherme Amorim, Leonardo Marcon Weber, Mário Ricardo Mallassa e Monique Lovera Pastro</i>	24
<b>E</b> conomia Paranaense Indicadores Seleccionados	32

# Componentes e desdobramentos da turbulência mundial

---

Gilmar Mendes Lourenço\*

---

É prematura a feitaura de prognósticos acerca dos desdobramentos da turbulência acusada entre os dias 13 e 16 de agosto de 2007 pelos mercados financeiros, liberalizados e desregulamentados nos últimos trinta anos, capitaneada pela diminuição do apetite ao risco pelos investidores e por ajustes de preços de ativos, sinalizados desde o começo do segundo semestre de 2006 com o pronunciado declínio dos preços dos imóveis nos Estados Unidos (EUA). A queda nas cotações das residências naquele país atingiu a marca de 3,2% no primeiro trimestre de 2007, em relação ao mesmo período de 2006, a maior desde o exercício de 1987.

Na realidade, a história da evolução do capitalismo tem revelado que os sistemas econômicos convivem com a instabilidade, expressa na alternância entre círculos virtuosos de auge e ciclos viciosos de crises, estes últimos não equacionados pela via do mercado e dependentes da aplicação de mecanismos de correção e/ou regulação por parte do Estado.

A origem do fenômeno repousa na entrada das economias em uma etapa de forte crescimento, baseada no acréscimo dos montantes de investimento (público e privado), dos gastos governamentais, do consumo interno, das exportações, da produção e das importações, que, algumas vezes, parece interminável. Repentinamente, o surgimento de componentes adversos incita à reversão do circuito e a deflagração de uma marcha descendente dos negócios.

As flutuações podem acontecer de maneira localizada, atingindo ramos produtivos específicos ou regiões isoladas, caso da recessão japonesa pós 1990, ou assumir características planetárias, como a Primeira e a Segunda Grande Depressão, verificadas entre 1873 e 1896 e 1929 e 1933, respectivamente. Ao mesmo tempo, a teoria econômica enfatiza que, mesmo nos estágios de avanços ou de recuos, podem ser observados cursos de euforia ou de pessimismo.

Um exame cronológico dos registros de baixa na trajetória das economias capitalistas permite identificar uma espécie de marco zero, configurado na Grande Depressão inglesa do final do século 19, iniciada com a quebra do segmento ferroviário, e que representou uma transição substancial capitalista, com a perda de hegemonia britânica, e a superação da crise por meio do fortalecimento do livre comércio, e o aparecimento da Alemanha e dos Estados Unidos (EUA) como nações industriais.

Outra situação adversa relevante poderia ser identificada na drástica redução dos preços das ações da United Cooper em 1907, depois de uma onda de fusões e aquisições e impulsão do endividamento privado nos EUA. Em face da inexistência de uma autoridade monetária oficial, a recuperação da liquidez do aparelho de negócios dependeu da operação de socorro organizada pelo banqueiro John Pierpont Morgan (J.P. Morgan) nas áreas financeira, de capitais, de títulos e na órbita produtiva, especialmente na indústria de aço. Já o colapso financeiro na Bolsa de Nova Iorque, no ano de 1929, foi precipitado pela falência de uma instituição financeira londrina.

Igualmente importantes foram a crise do mercado de ações nos EUA com o colapso dos *junk bonds* (papéis de elevado risco) em 1987; a quebra da bolsa de Tóquio e o *default* no mercado imobiliário japonês em 1989; a crise das instituições de poupança e empréstimo e a crise de crédito, com a liberalização da conta de capitais dos EUA em 1990; as turbulências mexicana, de 1994 e 1995, e asiática, surgida em julho de 1997 com problemas com a moeda tailandesa (*bath*), que contaminaram os demais tigres e alcançaram a Rússia em agosto de 1998, o Brasil em 1999, a Turquia e a Argentina em 2001, e novamente o Brasil em 2002, com a emergência do risco Lula.

Houve ainda a deterioração do fundo Long Term Capital Management (LCTM), conduzido pelos prêmios Nobel de Economia, Robert Merton e Myron Scholes; o estouro da bolha da internet (corporações da Nova Economia) nos EUA em março de 2000; a queda do crédito com os escândalos contábeis provocados por grandes corporações como a Enron e a Worldcom; e as investidas terroristas no World Trade Center em 11 de setembro de 2001. No que diz respeito ao LCTM, houve a necessidade de uma operação de socorro, organizada pelo Federal Reserve (FED) e por um *pool* de 14 bancos que absorveram o fundo.

Por isso, a função do analista econômico pode ser sintetizada na busca da adequação entre os fluxos conjunturais e as tendências de médio e longo prazos,

---

\* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School.

visando, de um lado, descrever, interpretar e, especialmente, projetar o percurso do sistema e, de outro, sugerir opções de intervenção dirigidas à negação dos perfis desfavoráveis e à multiplicação dos pontos fortes.

Isso significa dizer que o centro das atividades do observador do clima econômico exprime a pertinente avaliação do sinal e da intensidade dos indicadores correntes e antecedentes, em determinados momentos contraditórios, sustentados no estoque e no fluxo de conhecimentos oferecidos pelos princípios fundamentais da ciência.

Nos tempos atuais, a superação da recessão mundial, contratada a partir da derrocada dos preços das ações das empresas de tecnologia de ponta, verificada nos EUA no final de 2000 e começo de 2001, forçou os bancos centrais das principais áreas monetárias do planeta (dólar, euro e iene) a promover expressiva redução nas taxas básicas de juros no intervalo de tempo compreendido entre 2001 e 2004, que encolheram de 5,0% ao ano para 1,0% a.a.

Tal postura abriu espaço para o delineamento do maior ciclo ininterrupto de crescimento da economia internacional das últimas quatro décadas, ancorado na combinação entre os déficits gêmeos (fiscal e em transações correntes) dos EUA e os superávits comerciais contabilizados pelas nações emergentes. O desequilíbrio das contas públicas e externo da maior economia do planeta acumula US\$ 7,0 trilhões, superior à agregação de sua capacidade de poupança ao acréscimo de produtividade do seu aparelho industrial.

---

*O equilíbrio fiscal produzido na gestão Clinton deu lugar a uma estratégia ancorada na impulsão dos dispêndios em defesa nos EUA*

---

Especificamente, o equilíbrio fiscal produzido na gestão Clinton deu lugar a uma estratégia anticíclica, ancorada na impulsão dos dispêndios em defesa nos EUA, cobertos prioritariamente pela emissão de papéis do tesouro e empresas, por dívidas contraídas pelas famílias norte-americanas, pelo incremento da oferta monetária e pela comercialização de ativos tangíveis.

A par disso, registrou-se pronunciada valorização imobiliária naquele país, amparada na elevação da oferta de construções e dos preços dos imóveis, e o desencadeamento de transações de financiamentos habitacionais e do respectivo lançamento de hipotecas consideradas de expressivo risco, conhecidas como *subprime*, sendo desprovidas de garantias formais e oferecidas a clientes com histórico de calote de dívidas e/ou com flagrantes restrições orçamentárias para a quitação potencial de passivos.

As hipotecas em atraso superariam os US\$ 212,0 bilhões para uma dívida imobiliária ao redor de US\$ 10,0 trilhões nos EUA. Ademais, de acordo com estimativas da Associação de Bancos de Hipotecas dos EUA, os patamares de inadimplência no mercado imobiliário cresceram 0,5% nos últimos doze meses encerrados em julho de 2007 e 2,3% no *subprime*.

As transações hipotecárias foram hospedadas em fundos de investimentos de apreciável rendimento, quando comparado com as modalidades de risco convencionais, e sustentadas pela atuação de mais de dez mil instituições, agressivas no mercado de securitização (separação entre concessão da hipoteca e risco) e/ou derivativos, representando uma espécie de antídoto contra a inadimplência.

No fundo, esse tipo de funcionamento de fração do mercado financeiro retratou a alocação de excedentes gerados em moedas tradicionais, como o iene, em ativos mais rentáveis e arriscados, como o real, em ambiente de abundância e reduzido preço dos capitais na presente década, viabilizado por uma engenharia monetária que permite a formação de lastros para apostas em diferentes opções de aplicações, como ações, moedas conversíveis, *commodities*, imóveis e papéis das dívidas pública e privada.

O movimento prosseguiu inclusive na contramão das rodadas de majorações dos juros praticadas pelos bancos centrais no exercício de 2005, ignorando os sinais de retração das aquisições de residências nos EUA e da subsequente ampliação da inadimplência das famílias, dos saques nos recursos dos fundos e da insolvência localizada de alguns intermediários financeiros.

Para impedir uma quebra bancária em cascata, os bancos centrais europeus, dos EUA e da Ásia foram forçados a injetar US\$ 300,0 bilhões no sistema econômico em julho e agosto de 2007, o que foi considerado a maior intervenção realizada desde os atentados terroristas de setembro de 2001, no afã de impedir o *credit crunch* (empoçamento de liquidez) acoplado à abrupta desinflação de ativos. Na sequência, o FED reduziu em 0,5 ponto percentual a taxa de redesconto (empréstimos emergenciais entre os bancos), de 6,25% ao ano para 5,75% a.a.

Ainda há dúvidas quanto às chances de migração do colapso financeiro do pedaço *subprime* para as áreas de reduzido risco, ou mesmo de sua propagação para o lado real da economia, ilustrado pela divulgação de resultados de balanços menos favoráveis de gigantes do varejo como Wal-Mart e Home Depot (especializada em artigos para residências).

Porém, em um cenário de funcionamento precário da regulação financeira multilateral (via Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) e de enfraquecimento dos estados nacionais, o possível contágio sobre outras aplicações e o efeito riqueza às avessas, provocado por prejuízos patrimoniais em imóveis e ações, podem encurtar os níveis de liquidez, através da compressão da oferta das linhas de crédito internacionais ao setor privado, das operações com títulos, das cotações das *commodities*, dos níveis de atividades das nações emergentes, e do direcionamento das aplicações para papéis de risco nulo como os do tesouro norte-americano.

Cálculos realizados pelo Commodity Research Bureau (CRB), sediado nos EUA, revelam acomodação e/ou queda dos preços médios internacionais de um grupo de 24 produtos, formado por itens agrícolas e metálicos, depois de terem registrado evolução média de

50,0% entre 2003 e junho de 2007. Desde o começo da crise (julho) até o final de agosto, as cotações declinaram 5,0% para os produtos agrícolas e entre 10,0% e 17,0% para os metais.

O que se pode adiantar é que as economias em desenvolvimento atravessam um estágio diametralmente oposto àquele apresentado durante as crises dos anos 1990, sobretudo entre 1995 e 2002. Depois de articularem, de maneira perigosa, elevados e crescentes endividamento externo e déficits em transações correntes, naquele lapso de tempo, em um panorama de sucessivas instabilidades surgidas na margem do sistema (México, Ásia e Rússia), os emergentes conseguiram construir uma espécie de colchão amortecedor de choques externos, representado pela acumulação de enormes volumes de reservas internacionais. A grande dúvida está na capacidade de imunização desses mercados diante de um alvoroço oriundo do núcleo dinâmico.

No caso do Brasil, o avanço dos fundamentos macroeconômicos é visível, com destaque para o declínio, no período 2002-2007, dos seguintes parâmetros: valor da dívida total/exportações de 3,5 para 1,3; reservas cambiais/encargos da dívida de 2,8 para 0,8; e do passivo indexado ao dólar de 60,0% para praticamente zero. Ao mesmo tempo, o País registrou superávits em transações correntes por cinco anos seguidos e o montante de divisas fortes em poder do Banco Central subiu de US\$ 16,0 bilhões para mais de US\$ 160,0 bilhões, em idêntico intervalo.

O alcance imediato da crise no mercado de capitais pode arrefecer o processo de emissões primárias de ações, por conta da venda de papéis para a compra de dólares destinada à cobertura das perdas incorridas no mercado hipotecário dos EUA, episódio que pode ser potencializado pela ascensão recente do endividamento externo de curto prazo das instituições financeiras atuantes no Brasil, voltada às necessidades de suprimento de haveres para a rolagem da dívida do governo e de fornecimento de crédito ao setor privado, em um panorama de abertura plena da conta de capitais do País.

Em paralelo, o alargamento da demanda por dólares deve esfriar o ímpeto de valorização do real e devolver, por vias tortas, parcela da competitividade perdida pelas exportações do País. Porém, a íntima ligação do Brasil com a globalização produtiva e financeira, particularmente com a precificação dos produtos agrícolas, dos biocombustíveis e do petróleo, também pode atingir os alicerces domésticos do atual movimento de recuperação econômica: consumo e investimento.

Levando em conta o intervalo de tempo de um mês até o dia 23 de agosto de 2007, os ativos do mercado brasileiro recuaram 17,6%, conforme o índice Morgan Stanley Capital International (MSCI – Barra), representando a segunda maior queda entre os emergentes, ficando à frente apenas da Turquia, que registrou declínio de 20,37%, contra diminuição de 5,16% dos EUA.

# O comércio exterior brasileiro e a conjuntura internacional

Julio Takeshi Suzuki Júnior\*

As exportações brasileiras somaram US\$ 87,3 bilhões nos sete primeiros meses de 2007, o que representou aumento de 16,9% em relação a igual período do ano passado, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Pelo lado das importações, verificou-se acréscimo de 27,9%, com as compras externas alcançando US\$ 63,4 bilhões, o que resultou em um superávit de US\$ 24,0 bilhões, próximo do saldo de US\$ 25,2 bilhões registrado no acumulado de janeiro a julho de 2006.

Não obstante a continuidade dos bons resultados, uma análise pormenorizada do desempenho recente das exportações e importações permite identificar algumas fragilidades no movimento expansionista do comércio exterior, colocando dúvidas quanto à duração do ciclo virtuoso, iniciado há aproximadamente quatro anos. Em razão dos riscos de desaceleração da economia mundial, originados na crise do mercado *subprime* norte-americano, tais questionamentos tornam-se ainda mais pertinentes, ampliando a necessidade da discussão de ações para a manutenção do dinamismo exportador, mesmo em um contexto internacional não tão favorável.

Primeiramente, é de conhecimento geral que os preços internacionais vêm contribuindo de forma significativa para a elevação das exportações, muito mais do que para o crescimento das importações. Segundo dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), o índice de preço das exportações nacionais avançou 61,1% de dezembro de 2002 a junho de 2007, enquanto o índice relativo às importações cresceu 41,8%, o que pode ser explicado pela maior participação das *commodities*, produtos cujas cotações subiram expressivamente nos últimos anos, na pauta das vendas ao exterior, em comparação com o peso relativo desses mesmos bens nas aquisições externas.

Em um quadro de cotações estáveis no período de dezembro de 2002 a junho de 2007, isto é, sem variações nos preços em dólar das mercadorias exportadas e importadas, as vendas externas nacionais totalizariam US\$ 47,0 bilhões no primeiro semestre do presente exercício, ao passo que as compras provenientes do exterior somariam US\$ 38,7 bilhões, levando a um superávit de US\$ 8,3 bilhões, muito abaixo do saldo de US\$ 20,6 bilhões realmente registrado. Portanto, a permanência dos notáveis superávits comerciais e, conseqüentemente, das

condições favoráveis do balanço de pagamentos, pode ser atribuída sobretudo à propícia conjuntura internacional, principalmente a partir do final de 2005, quando os preços passaram a ser preponderantes na determinação da evolução das receitas geradas pelas exportações, segundo o critério da variação no acumulado de doze meses (gráfico 1).

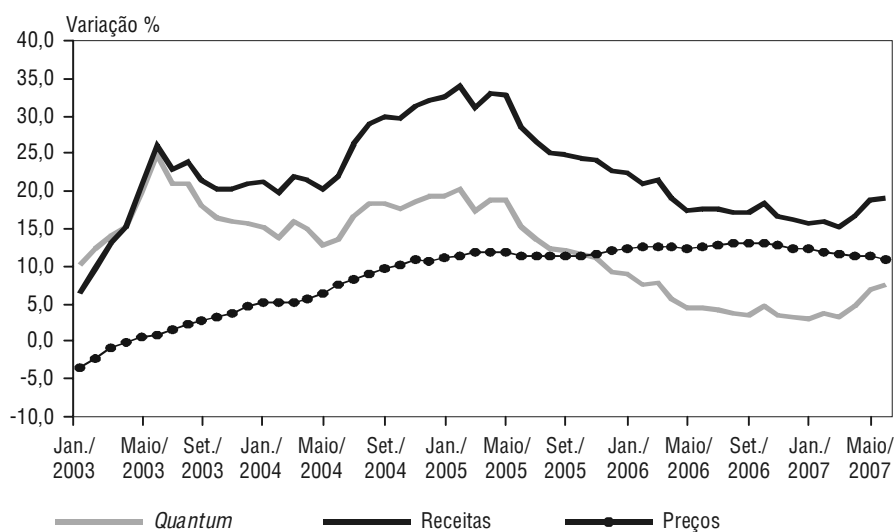
Antes disso, as vendas externas vinham sendo impulsionadas principalmente pelas quantidades exportadas, configurando-se em um padrão de crescimento com maiores ganhos econômicos, em função dos relevantes impactos positivos sobre o produto real, refletindo um diferencial capaz de assegurar aumento das receitas das exportações em um contexto de estabilidade, ou até mesmo de queda, dos preços internacionais. Como se sabe, tal diferencial refere-se à taxa de câmbio, cujo ajuste realizado em 1999 conferiu maior competitividade ao setor exportador, possibilitando aumentos consideráveis das quantidades comercializadas no mercado internacional.

No período 2000-2005, as taxas anuais de crescimento do *quantum* exportado suplantaram 8,5%, com pico de 19,2% em 2004, não havendo dúvida quanto à correlação entre os bons resultados e as desvalorizações da moeda nacional, considerando, evidentemente, as defasagens naturais dos processos de ajuste cambial (gráfico 2). Ademais, à exceção de 2000, a variação das quantidades exportadas pelo País superou a média mundial, o que ressalta o papel fundamental do câmbio nos ganhos de mercado, compensando eventuais desvantagens em termos de produtividade.

Já em 2006, por conta da marcante trajetória de apreciação do real, iniciada cerca de um ano antes, o *quantum* das exportações brasileiras cresceu abaixo da média global, atingindo variação de apenas 3,3%. Não por acaso, os bens básicos e semimanufaturados registraram aumentos de 6,0% e 3,5%, respectivamente, ficando acima da variação de 2,1% relativa às quantidades de produtos manufaturados destinados ao exterior.

\* Administrador, Coordenador do Núcleo de Conjuntura e Macroeconomia do IPARDES.

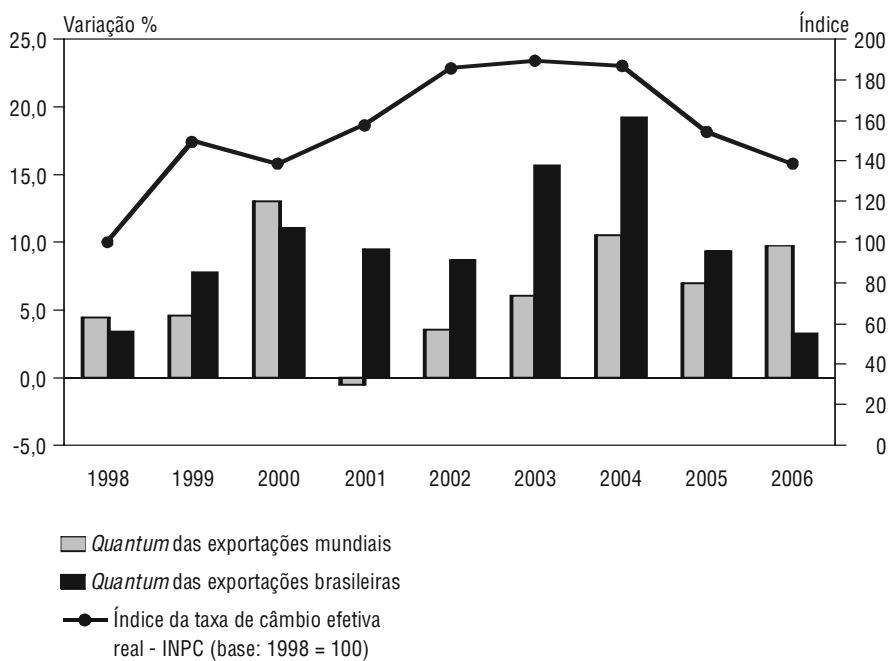
GRÁFICO 1 - VARIAÇÃO DAS QUANTIDADES, PREÇOS E RECEITAS DAS EXPORTAÇÕES NO ACUMULADO DE DOZE MESES - BRASIL - JAN 2003 - JUN 2007



FONTE: FUNCEX

NOTA: Variação no acumulado de doze meses, em relação aos doze meses anteriores.

GRÁFICO 2 - QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS E MUNDIAIS E ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL - 1998-2006



FONTES: FMI, FUNCEX, BANCO CENTRAL

Em avaliações particulares de cada mercado, comprova-se que, em grande parte dos casos, a valorização cambial afetou preponderantemente as exportações de produtos de maior valor adicionado, caracterizados pela pequena oscilação dos preços. Tanto é assim que as quantidades de mercadorias manufaturadas destinadas aos Estados Unidos, China, México, Chile e Japão anotaram variações negativas em 2006 (tabela 1), contrapondo-se às taxas positivas registradas pelos produtos básicos e semimanufaturados, nos quais se destacam os bens agropecuários e minerais, assim como os seus derivados.

Por isso, sem deixar de reconhecer os benefícios proporcionados pela apreciação do real, como a redução da inflação, são prementes mudanças na política cambial. Sem alterações, é possível prever, entre outros, a continuidade da tendência descendente do peso relativo do País no valor adicionado da indústria mundial, que atingiu 2,5% no ano de 2005, segundo estatísticas do Banco Mundial, abaixo dos resultados contabilizados em 1985 e 1995, quando o setor manufatureiro nacional respondeu por participações de 3,4% e 2,9%, respectivamente, na renda gerada pela indústria em nível global.

TABELA 1 - ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO REAL E VARIAÇÃO DO *QUANTUM* DAS EXPORTAÇÕES, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - BRASIL - 2006

MERCADO	ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO REAL EM 2006 (base: 2004 = 100) <sup>(1)</sup>	VARIAÇÃO DO <i>QUANTUM</i> DAS EXPORTAÇÕES EM 2006 (%)	
		Básicos e Semimanufaturados	Manufaturados
Estados Unidos	72,9	8,1	-6,9
Argentina	79,7	6,7	4,5
China	73,2	22,6	-27,8
Holanda	70,9	-8,1	28,6
Alemanha	71,5	3,7	6,4
México	62,3	7,5	-2,7
Chile	82,0	28,5	-17,6
Japão	63,9	0,6	-9,1

FONTES: IPARDES, BANCO CENTRAL, FMI, IBGE, FUNCEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) Com base nos índices de preços ao consumidor dos respectivos países.



# Brasil: requisitos ao crescimento sustentado

Gilmar Mendes Lourenço\*

Parece correta a interpretação de que a orientação macroeconômica, prevalecente no Brasil a partir de julho de 1994, venceu a batalha contra a hiperinflação indexada e inercial que interferia, defensiva e ofensivamente, nas decisões dos agentes sociais da nação, desde a eclosão do segundo choque do petróleo e a explosão dos juros internacionais em setembro de 1979.

É também inegável o delineamento de um novo, ainda que moderado, patamar de crescimento econômico para o País, desprovido de latentes pressões inflacionárias pelo lado da demanda. Tal fato pode ser atribuído à combinação virtuosa entre permanente estabilidade de preços, consistência na produção de superávits fiscais primários e no balanço de pagamentos, e conseqüente redução da vulnerabilidade externa, com expressiva impulsão do estoque de reservas internacionais, próximo do montante da dívida. Ressalte-se que, de acordo com estimativas do Banco Central, a acumulação de divisas estrangeiras teria custado ao Tesouro Nacional R\$ 32,6 bilhões nos últimos três anos.

Ainda no campo da demanda, a proliferação de reajustes salariais acima da inflação pretérita, capitaneados pelo mínimo, e a variação do crédito real ao setor privado não constituem focos de inflação, por traduzirem fenômenos de recomposição de níveis comprimidos durante os períodos de crise superinflacionária do decênio dos 1980 e do começo dos anos 1990.

De acordo com o Banco Central (BC), o estoque de financiamentos concedidos pelos bancos alcançou 34,0% do Produto Interno Bruto (PIB) em julho de 2007, e as taxas de juros médias situaram-se em 49,0% a.a. para as pessoas físicas e 24,0% a.a. para as empresas, as menores desde julho de 1994.

Já pela vertente da oferta, a maior velocidade de crescimento da produção e das importações de bens de capital, 16,0% e 30,0%, respectivamente, nos primeiros seis meses de 2007, em confronto com o mesmo período de 2006, confirma a renovação da curva da demanda de investimento. A marca fora da linha repousa nos segmentos de bens intermediários (cuja produção variou 4,0% entre janeiro e junho de 2007 para média de 4,8% da indústria) e de infra-estrutura, sabidamente mais exigentes em volume de investimentos e na definição das regras claras para a operação dos mercados, além de exibir projetos com retorno temporal mais defasado.

Soa pertinente a identificação de vínculos entre a recuperação dos níveis de atividade e a criação de

ocupações formais (de reduzida remuneração e acentuada jornada e rotatividade), os acréscimos reais do salário mínimo (quase 100,0% entre 1995 e 2006) e a diminuição da desigualdade de renda e dos níveis de pobreza, resultante, em grande medida, da implantação de iniciativas sociais diretas, cobertas financeiramente pelo governo federal, capitaneadas pelo programa Bolsa Família.

Essa articulação positiva ocorreu em meio a cenários pró-cíclicos exógenos e endógenos. No plano externo, figura a intensa expansão do comércio, da liquidez e das relações de troca das *commodities* e da estabilização dos juros internacionais, inédita nas últimas três décadas e meia.

No palco interno, surge a interferência das alterações estruturais promovidas no aparelho produtivo do País no decênio dos 1990, com ênfase para a abertura comercial e financeira, a redução dos níveis de proteção tarifária e não-tarifária ao parque industrial doméstico, a reestruturação produtiva e gerencial, a desregulamentação, a flexibilização de alguns monopólios, a regulamentação de determinadas concessões públicas, a aceleração das privatizações, a instituição da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e as rodadas de depreciação do real ocorridas em 1999 e 2002.

No tocante aos mercados financeiros mundiais, os juros básicos dos Estados Unidos encontram-se estáveis, depois de saltarem de 1,0% ao ano, em julho de 2004, para 5,25% a.a. em junho de 2006. Os juros primários da Europa vêm aumentando lentamente desde 2005, atingindo a magnitude atual de 3,75% a.a.

Contudo, tal configuração econômica favorável ainda dista da conformação de uma etapa de superação do subdesenvolvimento secular que assola o tecido social brasileiro, atestada pela sua inserção passiva na divisão internacional do trabalho, induzida pela globalização produtiva e financeira – monitorada por Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e representantes do G-7 –, pelo reduzido nível de criação de progresso técnico, pela diminuta capacidade de geração de emprego e renda, empurrada pela demanda doméstica, e pela heterogeneidade da matriz industrial, dentre outras mazelas.

\* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School.

Lembre-se aqui de que mesmo com a ampliação do ativo fixo em infra-estrutura e no setor industrial, verificada no intervalo de tempo compreendido entre o começo dos anos 1930 e o final da década de 1970, característico do paradigma da substituição de importações, o País não logrou êxito na eliminação daqueles obstáculos estruturais à superação do subdesenvolvimento.

O programa de "ajustamento sem crescimento", colocado em prática no Brasil dos anos 1990 em diante, encontra amparo na restauração do poder aquisitivo da população de menores rendimentos, em clima de recuperação das funções clássicas do padrão monetário (unidade de conta, reserva de valor e meio de pagamento), antecedida pela profícua existência da Unidade Real de Valor (URV).

Houve ainda a influência exercida pela revitalização dos mecanismos de crédito de curto e médio prazos, sustentada no recuo, ainda que tímido, dos juros (bastante abaixo da inflação), e no incremento da categoria de empréstimos em consignação, com desconto em folha, operada por agências públicas e comerciais, que, ao final do primeiro semestre de 2007, respondiam por quase 60,0% do crédito pessoal.

Ademais, a compressão da aversão ao risco e a queda dos prêmios (diferenciais de remuneração cobrados pelos mercados para a hospedagem de títulos dos países em suas carteiras) têm facilitado a captação de recursos externos pelas empresas brasileiras e a alocação em modalidades domésticas, conforme a conveniência macroeconômica (produção ou ativos financeiros).

A despeito de tais triunfos revelarem-se imprescindíveis, são insuficientes para alavancar o retorno do País a uma fase de expansão auto-sustentada. Isso porque, não bastasse a instabilidade impregnada no modo de operação das economias capitalistas, sujeita, de forma perene, ao aparecimento de distorções provocadas por choques de oferta (juros, preços e câmbio), cujo enfrentamento ainda não foi digerido pelo Brasil, persiste a incoerência representada pela conjugação entre a multiplicação de ganhos produtivos e especulativos, engrossada pela recente onda de sobrevalorização da taxa de câmbio, responsável pela definitiva reversão da linha de substituição de importações.

Mais que isso, como a apreciação do real oportuniza a ampliação dos lucros das corporações estrangeiras atuantes no País, por ocasião da conversão de moedas, as remessas às matrizes somaram mais de US\$ 18,0 bilhões no intervalo de tempo compreendido entre junho de 2006 e junho de 2007, contra a entrada de US\$ 1,6 bilhão de lucros e dividendos de empresas brasileiras atuantes no exterior.

A resolução dessa equação exige providências conjunturais e estruturais. Pelo ângulo conjuntural, emerge a premência de decisões dirigidas ao encolhimento dos juros (ao redor da média internacional acrescida do risco-país, ou que busque a identidade entre investimento e poupança em regime de pleno emprego dos fatores produtivos), ao controle dos fluxos de capitais voláteis (concatenando tributação e prazo de permanência) e,

sobretudo, à solidez e credibilidade da política econômica, no tocante à definição e perseguição da meta de inflação, variável-chave para a definição da trajetória dos juros.

Segundo levantamentos do BC, as instituições financeiras operantes no Brasil captaram mais de US\$ 24,0 bilhões em financiamentos de curto prazo no exterior no primeiro quadrimestre de 2007, cerca de cinco vezes mais do que em idêntico período de 2006.

---

*É urgente o encaminhamento das reformas microeconômicas, capazes de assegurar o resgate da competitividade sistêmica da economia brasileira e o desaparecimento dos focos inflacionários*

---

Já pela ótica estrutural sobressai a urgência no encaminhamento das reformas microeconômicas, capazes de assegurar o resgate da competitividade sistêmica da economia brasileira e o desaparecimento dos focos inflacionários, acoplados ao desequilíbrio das contas públicas nas distintas esferas de administração (união, estados e municípios), por meio do declínio dos dispêndios correntes e financeiros.

Só a título de ilustração, o peso dos investimentos nos gastos não financeiros do governo federal caiu de 40,0%, em 1987, para menos de 4,0%, em 2006, enquanto os recursos alocados em programas de transferência de renda e/ou subsidiados subiram de 3,0% para 20,0% no mesmo período, conduzindo, por conta das limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ao aumento da carga tributária e das taxas de juros.

A carga tributária subiu de 31,2%, em 2001, para 34,5% do PIB em 2006, com base na nova metodologia do Sistema de Contas Nacionais do IBGE, em razão da desatualização da tabela do Imposto de Renda (com manutenção de alíquota máxima de 27,5%), da criação e da ampliação da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF), da cobrança da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre os combustíveis, da duplicação das cobranças de PIS e Cofins, dentre outros gravames.

Igualmente relevante seria a reativação de pesados investimentos em infra-estrutura física, logística e em ciência e tecnologia, ao lado das inversões dirigidas ao incremento do grau de penetração internacional das empresas brasileiras, núcleos centrais da sinalização do dinamismo potencial do organismo econômico de uma nação em tempos de globalização.

É generalizado o diagnóstico do caráter imprescindível da busca de modificações institucionais que assegurem a melhoria da eficiência do mercado de trabalho, a racionalização e simplificação do sistema de impostos, taxas e contribuições, a negociação e celebração de um novo pacto federativo, designando receitas e encargos entre os entes envolvidos, a sustentabilidade do regime de previdência, a regulação adequada da área de capital social básico, dentre outros

avanços. Aliás, a designação de regras claras e estáveis para a área de infra-estrutura é fundamental ao aperfeiçoamento do ambiente de negócios e à atração de projetos privados, no afã de evitar o risco de apagão logístico em 2009-2010.

Ainda nessa trilha, soa relevante a disponibilização de mecanismos de financiamento dos investimentos voltados à penetração das corporações na fronteira dinâmica do comércio mundial e no fortalecimento do mercado interno, movido a salário, crédito e distribuição de renda. Não obstante os desembolsos do BNDES terem crescido mais de 30,0% em um período acumulado de doze meses encerrados em junho de 2007, alcançando R\$ 58,7 bilhões (cifra inferior aos R\$ 61,0 bilhões orçados para 2007), é conveniente atentar para a base de comparação deprimida que oportunizou tal desempenho.

Do contrário, o mais provável é a agudização da internacionalização das companhias brasileiras, explicada pela medíocre evolução do mercado interno, pela proximidade da oferta provedora e da demanda, pelo acesso privilegiado às fronteiras tecnológicas, pela intenção de diversificação de riscos, pelo acesso a financiamentos a juros menores e prazos maiores, pelos menores encargos tributários e trabalhistas e pelos menores entraves burocráticos e infra-estruturais.

Para piorar, de acordo com levantamentos do Instituto de Estudos do Desenvolvimento Industrial (Iedi), o Brasil exibe o 3.º maior custo de investimento do mundo, em uma amostra de 47 países pesquisados, à frente apenas de Tailândia e Irlanda (tabela 1), superando em mais de 30,0% o preço da inversão da China, Estados Unidos, Venezuela e Holanda, e em 120,0% o da Coréia do Sul.

Ainda segundo o Iedi, o custo real do investimento fixo (máquinas, equipamentos, instalações e construções) no Brasil cresceu 31,0% entre 1970 e 2005, contra queda

de 5,0% na Argentina, 7,0% no Chile, 20,0% na Malásia, 40,0% na Coréia do Sul e 47,0% na Hungria, que apresentou o menor custo entre os países amostrados.

Nunca é demais sublinhar a possibilidade de a economia mundial conformar cenários de desaceleração do crescimento, e atravessar uma etapa de transição da adoção de estratégias monetárias passivas e de juros baixos, para outra marcada por menor liquidez e majoração dos juros.

Nessa perspectiva, o banco Morgan Stanley diminuiu a classificação de avaliação das ações da China e do Brasil em consequência de os lucros observados terem superado as expectativas de crescimento para os ganhos das empresas locais. Enquanto o Índice MSCI de Mercados Emergentes, que monitora 838 ações, evoluiu 23,0% no primeiro semestre de 2007, o índice calculado para a China, formado principalmente por ações negociadas em Hong Kong, e Brasil subiu 31,0 e 26,0%, respectivamente, no mesmo período. A agência elevou sua recomendação para a Malásia, México e Israel.

TABELA 1 - *RANKING* DOS PAÍSES SEGUNDO MAIOR CUSTO DE INVESTIMENTO - 2005

PAÍSES	CUSTO
Tailândia	1,43
Irlanda	1,38
Brasil	1,31
Peru	1,20
Finlândia	1,17
Índia	1,17
Uruguai	1,05
Grécia	1,05
Paraguai	1,03
Hong Kong	1,03

FONTE: IEDI

NOTA: Média mundial igual a 1,0.

# Prós e contras do financiamento da antecipação do 13.º salário

---

*Gilmar Mendes Lourenço\**

---

Uma das características marcantes da dinâmica brasileira no período pós-estabilidade monetária pode ser sintetizada no ressurgimento do potencial de consumo da população, sobretudo de bens essenciais. Tal fenômeno deriva da maior previsibilidade ensejada pelo resgate das funções clássicas do padrão monetário nacional (unidade de conta, reserva de valor e meio de pagamento) e, por extensão, da noção de valor dos bens e serviços.

Mais precisamente, é oportuno reconhecer a recuperação do poder aquisitivo das categorias da base da pirâmide social, explicada pela combinação entre a eliminação da superinflação inercial e indexada e outros avanços. Dentre eles destacam-se os efeitos multiplicadores da concessão de reajustes reais no valor do salário mínimo e dos demais rendimentos, com ganhos superiores à inflação pretérita.

Segundo o Ministério do Trabalho, as negociações coletivas (acordos e convenções) registradas nas delegacias regionais aumentaram 150,0% no primeiro semestre de 2007, atingindo 17,5 mil. Em 87,5% destas, as categorias profissionais conseguiram reajustes salariais acima da variação média de preços e, em 10,7%, as correções empataram com a inflação.

Igualmente relevantes foram os aprimoramentos sociais conferidos pela Constituição Federal de 1988 (equalização do valor das aposentadorias ao SM, aposentadorias rurais e desembolsos da Lei Orgânica de Assistência Social, LOAS, Lei 8.742 de 07/12/1993), a instituição e consolidação dos programas oficiais de transferência de renda e a restauração dos mecanismos de crédito (redução de juros e alongamento de prazos), maximizada com a modalidade em consignação, com desconto na folha de salários dos trabalhadores.

Contudo, a não remoção dos obstáculos estruturais à construção de um quadro de crescimento sustentado, acompanhada da geração de empregos qualitativamente superiores, conduziu à sustentação de parcela expressiva dos dispêndios de consumo das famílias com procedimentos ligados ao endividamento, que incorporam, freqüentemente, os riscos de inadimplência no cotidiano das pessoas forçadas a recorrer às alternativas de compras a prazo.

Por isso, é bastante comum a proliferação de operações de financiamento da antecipação do décimo terceiro salário, no começo do segundo semestre de cada ano. Tal postura está normalmente associada à

reprogramação orçamentária, em razão do estouro da capacidade de pagamento dos dispêndios (fixos, sazonais e imprevistos), inclusive com as prestações das aquisições realizadas a prazo, da existência de débitos pendentes ou da decisão de priorização do consumo imediato de determinado produto.

Por seu turno, as instituições financeiras encarregam-se de oferecer linhas de crédito específicas para o atendimento dessa modalidade de demanda por empréstimos, cobrando juros bastante próximos das classes em consignação (entre 2,0% e 4,0% ao mês), cobrando entre 40,0% e 70,0% do montante solicitado, para liquidação em parcela única em 20 de dezembro. Normalmente, não existe a exigência de aval para essas transações, havendo apenas a obrigatoriedade de vínculo empregatício mínimo do tomador entre seis meses e um ano.

Por uma observação preliminar, é possível perceber a pertinência da utilização desse tipo de crédito quando o alvo principal é a permuta entre dívidas mais caras por outra mais barata. As referências comparativas evidenciam o elevado custo dos financiamentos das demais opções, começando com 6,0% ao mês para crediário e empréstimo pessoal, passando por 8,0% ao mês para cheque especial, e atingindo 10,0% e 11,0% ao mês para cartões de crédito e transações com financeiras, respectivamente.

---

*O inconveniente do financiamento do décimo terceiro pode ser expresso na ausência de garantia plena do recebimento do valor do salário*

---

Conforme levantamentos da Serasa, o valor das dívidas das pessoas físicas com bancos passou de 31,8% do total, no primeiro semestre de 2006, para 37,9% no mesmo período de 2007. Enquanto isso, o peso do passivo com crediário e financeiras declinou levemente de 31,3% para 31,1%.

---

\* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School.

O inconveniente do financiamento do décimo terceiro pode ser expresso na ausência de garantia plena do recebimento do valor do salário, por conta ou do simples atraso do pagamento pela empresa, ou do encerramento de suas atividades, ou da perda do emprego (e do salário) pelo trabalhador, transformando uma aparente solução de otimização para a quitação de contas em restrição à ampliação da renda disponível.

Outra hipótese seria a alocação do volume emprestado em fundos de curto prazo (DI), que aplicam no mínimo 95% das captações em papéis pós-fixados de renda fixa, sendo 80% da dívida federal ou de

empresas com baixo risco, com rendimento próximo ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Mas, essa alternativa valeria a pena somente para cifras superiores a dez salários mínimos.

Com respeito à contratação desses empréstimos para a cobertura das aquisições à vista, seria ocioso sublinhar o seu caráter pouco adequado, por aumentar o passivo dos consumidores em um panorama de juros ainda extremamente elevados, inibindo a formação de reservas financeiras e a intensificação do hábito salutar da feitura de pesquisas de preços e da prática de negociações por ocasião das compras.

# Mudanças no mercado de trabalho formal no Paraná - 1985-2005

Silmara Cimbalista\*

Este texto faz considerações acerca do mercado de trabalho formal paranaense no período 1985-2005, abordando as mudanças ocorridas nos sistemas de produção e no perfil do trabalhador, com foco na escolaridade, idade e gênero.

Nas últimas décadas, observam-se alterações significativas no mercado de trabalho formal do Paraná, principalmente a partir dos anos 1970, com a intensificação da mecanização agrícola e da modernização industrial, movimentos em sintonia com as dinâmicas globalizadas da produção e do consumo.

Na composição setorial, verifica-se que a participação relativa do setor industrial no total dos empregos formais do Paraná apresenta relativa estabilidade no período 1985-2005 (tabela 1), não acompanhando a trajetória descendente do setor manufatureiro em nível nacional. Isso se deve ao adensamento da base industrial do Estado, derivado principalmente da introdução de segmentos caracterizados pela alta tecnologia e do crescimento de algumas atividades tradicionais, em sua maioria agroindustriais.

TABELA 1 - EMPREGOS FORMAIS, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA - PARANÁ - 1985/2005

SETOR	1985		1995		2005	
	Empregos	Part. (%)	Empregos	Part. (%)	Empregos	Part. (%)
Indústria	256 729	23,3	325 221	22,2	521 547	24,7
Construção Civil	61 170	5,6	63 516	4,3	56 391	2,7
Comércio	185 981	16,9	230 610	15,8	431 821	20,5
Serviços	567 636	51,6	757 322	51,8	1 008 465	47,8
Agropecuária	26 145	2,4	77 221	5,3	91 124	4,3
Outros/ignorado	3 390	0,3	8 594	0,6	0	0,0
TOTAL	1 101 051	100,0	1 462 484	100,0	2 109 348	100,0

FONTES: MTE-RAIS

Mais recentemente, nos anos 1990, com a vinda de várias empresas transnacionais ao Estado, por meio da compra de firmas de capital nacional ou da instalação de unidades produtivas, assistiu-se à difusão de sistemas de produção inovadores e modelos de gestão considerados de vanguarda, tornando comuns medidas como a redução dos níveis hierárquicos nas organizações, a terceirização e a adoção da remuneração variável, com base no desempenho do trabalhador. De um modo geral, pode-se afirmar que as empresas genuinamente locais foram influenciadas por essas tendências, passando a incorporar técnicas direcionadas à racionalização.

Em paralelo, as mudanças na organização familiar, a flexibilização trabalhista, a performance da economia brasileira e a redução do intervencionismo estatal, entre outros, provocaram alterações no mercado de trabalho formal do Paraná. Portanto, um conjunto de movimentos econômicos, sociais e institucionais determinou modificações na atividade laboral, tanto no Estado quanto no País.

Ademais, sobressaem o avanço do comércio e o declínio da construção civil em termos de representatividade na geração de empregos, o que reflete, neste último caso, a exaustão do sistema oficial de financiamento da habitação, sem a viabilização de um modelo eficiente de crédito imobiliário baseado na utilização de poupanças privadas.

Em relação ao gênero, o emprego formal no Paraná, assim como no Brasil, registrou significativas transformações, no período de 1985 a 2005, no trabalho feminino. Nesse intervalo, houve maior inserção do contingente de mulheres no mercado de trabalho, tanto por razões de ordem econômica como por mudanças no contexto social.

\* Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), membro/pesquisadora do GETS (UFPR), professora do Centro Universitário Franciscano (UnifAE), técnica da equipe permanente desta publicação.

Na verdade, dos anos 1980 aos 1990, a gradativa inserção das mulheres no mercado de trabalho demonstra uma releitura de padrões anteriormente estabelecidos, observando-se uma mudança significativa no conceito de família. O caráter estrutural da família brasileira modificou-se, com o núcleo familiar, antes representado principalmente pela figura masculina, passando a apresentar uma maior presença feminina no papel de "chefe de família".

Mesmo assim, apesar das inúmeras circunstâncias que levaram as mulheres a assumir o papel antes dominado pelos homens na estrutura familiar, nota-se que os postos ocupados pelo contingente masculino no mercado de trabalho formal continuam sendo superiores, em qualidade e remuneração, comparativamente aos das mulheres.

Mais precisamente, o trabalho exercido pela mulher é mais precário, em funções que exigem preponderantemente pouca escolaridade e qualificação. Esta precarização da mão-de-obra feminina urbana resulta, entre outros fatores, do ingresso no mercado de trabalho de um expressivo contingente de mulheres na faixa etária entre 40 e 54 anos, com baixa escolaridade e sem profissionalização.

No caso específico do Paraná, dos 2,1 milhões de postos de trabalho formais em 2005, 41,1% foram ocupados por mulheres, muito acima da participação de 31% registrada em 1985 (tabela 2). Tal avanço pode ser atribuído, em certa medida, à crescente demanda por mão-de-obra feminina pelo segmento manufatureiro, principalmente pelas atividades que exigem precisão e rapidez nos processos produtivos. Adicionalmente, houve significativo progresso das mulheres nos empregos gerados no setor de serviços, como no ramo de alimentação, comércio varejista e telemarketing, somente para citar alguns exemplos.

Passando à questão da escolaridade, houve expressivo aumento relativo das pessoas com ensino médio completo (tabela 3), provavelmente em virtude de uma exigência cada vez maior desse nível de ensino como qualificação básica para o primeiro emprego e como mínimo exigido para o trabalho no segmento industrial, havendo também influência por parte das ações para a universalização da educação.

Além disso, verifica-se elevação da participação de pessoas com nível superior completo. Esse aumento reflete a proliferação de faculdades privadas no Paraná, com a oferta de diversos cursos para o aproveitamento das oportunidades abertas pelo déficit de vagas no ensino superior, marcado anteriormente pela prevalência do setor público.

Por fim, em relação às faixas etárias, observa-se que os empregos formais diminuem para os jovens de até 17 anos, de 1985 a 2005, o que pode ser atribuído a diversos fatores, sobretudo ao declínio na oferta de emprego aos jovens sem experiência e às restrições de ordem legal.

Melhores perspectivas apresenta a faixa etária dos 18 aos 29 anos, que abrange contingentes que já terminaram o ensino médio e, em menor proporção, que já concluíram o ensino superior. Mesmo assim, verifica-se tendência de crescimento das faixas etárias mais elevadas (tabela 4), em detrimento das mais jovens, evidenciando o envelhecimento da população, assim como a importância da qualificação.

Diante disso, pode-se concluir, relativamente ao mercado de trabalho, que o período 1985-2005, no Brasil, e, por extensão, no Paraná, apresentou avanços em relação às décadas passadas, persistindo, porém, alguns desafios, como a equidade entre homens e mulheres e a abertura de vagas para jovens sem experiência.

TABELA 2 - EMPREGOS FORMAIS, SEGUNDO GÊNERO - PARANÁ - 1985/2005

GÊNERO	1985		1995		2005	
	Empregos	Part. (%)	Empregos	Part. (%)	Empregos	Part. (%)
Masculino	759 385	69,0	921 846	63,0	1 241 930	58,9
Feminino	341 666	31,0	540 638	37,0	867 418	41,1
TOTAL	1 101 051	100,0	1 462 484	100,0	2 109 348	100,0

FONTE: MTE-RAIS

TABELA 3 - EMPREGOS FORMAIS, SEGUNDO NÍVEL DE ESCOLARIDADE - PARANÁ - 1985/2005

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	1985		1995		2005	
	Empregos	Part. (%)	Empregos	Part. (%)	Empregos	Part. (%)
Analfabeto	23 256	2,1	24 128	1,6	9 890	0,5
Fundamental incompleto	546 106	49,6	609 220	41,7	459 088	21,8
Fundamental completo	130 751	11,9	209 874	14,4	337 276	16,0
Médio incompleto	91 147	8,3	132 754	9,1	225 150	10,7
Médio completo	157 767	14,3	248 731	17,0	693 496	32,9
Superior incompleto	46 363	4,2	62 561	4,3	84 196	4,0
Superior completo	96 915	8,8	162 797	11,1	300 252	14,2
Ignorado	8 746	0,8	12 419	0,8	0	0,0
TOTAL	1 101 051	100,0	1 462 484	100,0	2 109 348	100,0

FONTE: MTE-RAIS

TABELA 4 - EMPREGOS FORMAIS, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA - PARANÁ - 1985/2005

FAIXA ETÁRIA	1985		1995		2005	
	Empregos	Part. (%)	Empregos	Part. (%)	Empregos	Part. (%)
Até 17 anos	44 748	4,1	44 942	3,1	29 500	1,4
De 18 a 29 anos	498 493	45,3	564 089	38,6	784 374	37,2
De 30 a 39 anos	310 130	28,2	447 763	30,6	617 819	29,3
De 40 a 49 anos	162 560	14,8	272 758	18,7	447 507	21,2
De 50 a 64 anos	75 974	6,9	121 858	8,3	218 408	10,4
65 anos ou mais	3 642	0,3	7 558	0,5	11 694	0,6
Ignorado	5 504	0,5	3 516	0,2	46	0,0
TOTAL	1 101 051	100,0	1 462 484	100,0	2 109 348	100,0

FONTE: MTE-RAIS



# A atratividade das cadernetas de poupança

---

Gilmar Mendes Lourenço\*

---

As cadernetas de poupança fecharam o primeiro semestre de 2007 contabilizando incremento de captações de R\$ 8,8 bilhões, representando a melhor performance desde o mesmo período de 1995 e perfazendo estoque de R\$ 204,0 bilhões no final do mês de junho, ante os R\$ 187,9 bilhões registrados em dezembro de 2006. Isso equivale a 9,0% do montante de ativos financeiros do País, contra quase ¼ em fins dos anos 1980, antes do confisco promovido pelo governo Collor.

A pronunciada recuperação da atratividade dessa modalidade de aplicação pode ser explicada por dois fatores. Pelo ângulo estrutural, emerge a recente expansão imobiliária, vinculada à maior velocidade de crescimento da construção civil, em resposta à cesta de incentivos fiscais, disponibilizada a partir de 2006, e à deflagração de alguns investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal. Ressalte-se que os bancos teriam que alocar cerca de 65,0% desses haveres em financiamento habitacional e não o fazem por falta de demanda.

Pela ótica conjuntural, surgem os ganhos de competitividade da poupança frente aos fundos de investimento, conhecidos como DI, que hospedam os títulos da dívida pública. Isso se deve às sucessivas quedas na taxa Selic promovidas pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, referência daqueles fundos, e à isenção de Imposto de Renda e de taxas de administração (que superam 2,0% para a maioria das carteiras de fundos) nos fluxos e rendimentos da poupança. As cadernetas renderam 4,6% e 8,2%, respectivamente, nos primeiros seis meses de 2007 e em doze meses encerrados em junho de 2007, contra inflação de 2,1% e 3,7% para idênticos intervalos, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Ademais, é necessário entender que o cálculo dos rendimentos da poupança possui uma parcela fixa, definida desde a sua criação, correspondente a 6,0% ao ano, e outra variável, configurada na correção monetária, determinada pela média das taxas pagas pelos Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Recibos de Depósitos Bancários (RDBs), em prazos de 30 e 35 dias, por uma amostra das 30 maiores instituições.

Esse segundo estágio da equação permite a formação da Taxa Básica Financeira (TBF), que incorpora um redutor de 0,32 (elevado de 0,28 em março, por decisão do Conselho Monetário Nacional) para o piso da Selic de 12,0% ao ano, concebido originalmente para assegurar, às aplicações em poupança, rentabilidade equivalente a aproximadamente 70,0% das alternativas de maior risco.

---

*Os maiores atrativos exercidos pela poupança repousam na ausência de tributação e na parte da remuneração fixa, que representa quase o dobro da inflação projetada*

---

É importante sublinhar que as alterações nos redutores não devem provocar perdas relevantes nos recursos depositados em cadernetas, sendo estimadas em 0,5% em um ano. Isso porque, os maiores atrativos exercidos pela poupança para as aplicações de montantes menores e/ou procedentes de agentes com perfil conservador ainda estão na ausência de tributação e na parte da remuneração fixa, que, na conjuntura atual, representa quase o dobro da inflação projetada.

A preservação da credibilidade desse instrumento de captação de recursos é fundamental, especialmente quando se recorda a retenção de ativos financeiros, promovida pelo governo Collor em março de 1990. Naquela ocasião, definiu-se, dentre outras restrições, que os saldos em cadernetas de poupança excedentes a NCZ\$ (novos cruzados) 50,0 mil, ou 50,0 mil cruzeiros, ficariam bloqueados por 18 meses no Banco Central, em uma conta especial denominada Depósito Especial Remunerado (DER), e seriam devolvidos a partir de setembro de 1991, em doze prestações mensais, deflacionadas pela evolução do Bônus do Tesouro Nacional Fiscal (BTNF).

---

\* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School.

Foi deliberado também que os créditos correspondentes ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de março (84,32%), a serem incorporados em abril, incidiriam somente sobre os ativos bloqueados das contas de poupança com aniversário nos primeiros quinze dias daquele mês. Já os valores retidos das contas com vencimento na segunda quinzena, por aniversariarem depois do lançamento do pacote contendo as drásticas medidas, só receberiam a correção do IPC de fevereiro (72,78%).

No mês de abril, os saldos foram atualizados por índices que não suplantaram 8,0%, sob o argumento oficial de que corresponderiam à variação do BTNF, estimada por dia de aniversário das contas. Mas, considerando que o BTNF cheio, relativo a março, atingiu 41,28%, e que contratualmente a poupança deveria contemplar a obrigação de reposição inflacionária real, parece evidente a ocorrência de expressiva supressão de remuneração dos aplicadores.

# Raízes dos recordes tributários

Gilmar Mendes Lourenço\*

A carga tributária brasileira fechou o ano de 2006 registrando montante equivalente a 34,2% do Produto Interno Bruto (PIB), conforme levantamentos do Ministério da Fazenda, ajustados à série histórica revisada das contas nacionais recentemente publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Trata-se do terceiro recorde anual consecutivo, depois dos 31,9%, 32,6% e 33,4% alcançados em 2003, 2004 e 2005, respectivamente.

As projeções para 2007 indicam carga de 35,7% do PIB, sendo 25,2% arrecadados pela União, 9,0% pelos Estados e 1,5% pelos municípios. Do volume recolhido pelo governo federal, quase 80,0% está concentrado em cinco itens: imposto de renda, previdência social, Cofins, FGTS e CPMF.

As receitas da União exibiram acréscimo real de 10,0% no primeiro semestre de 2007. Tal resultado foi atribuído à continuidade da recuperação econômica (e seus reflexos na arrecadação de IPI, imposto de importação e IR), às somas derivadas de cobrança de ganhos de capital, identificados em operações de transferência de controle de empresas, e aos efeitos de decisões judiciais favoráveis ao governo.

Os negócios envolvendo a aglutinação de companhias, na forma de fusões e aquisições, buscam fundamentalmente o alargamento das escalas técnicas e financeiras e a consolidação do poder de mercado. No Brasil, esse episódio vem sendo observado tanto em segmentos mais pulverizados e que ocupam a dianteira do crescimento, como os complexos sucroalcooleiro e de carnes, quanto nos ramos fortemente afetados pela valorização do real, especificamente calçados, têxteis e móveis, no afã de resgatar a capacidade competitiva.

*O comportamento da arrecadação pública tem sido fortemente influenciado pela instituição e/ou ampliação da abrangência da base de cálculo das contribuições federais*

Na verdade, o comportamento da arrecadação pública a partir da estabilidade monetária verificada desde 1994 foi fortemente influenciado pela instituição e/ou ampliação da abrangência da base de cálculo das contribuições federais, devido à menor possibilidade de partilha com as demais instâncias subnacionais.

A gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC) ficou notabilizada pelo congelamento da tabela do Imposto de Renda na fonte entre 1996 e 2001, com correção de 1/3 da defasagem em 2002; pela criação da CPMF em 1997, com alíquota de 0,20% sobre as transações bancárias, que subiu para 0,38% em 2001; e pela instituição da cobrança da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre combustíveis a contar de 2002.

No governo Lula, houve a elevação da alíquota do PIS de 0,65% para 1,65% em 2003; o aumento da Cofins para as instituições financeiras de 3,0% para 4,0% do faturamento em 2003; o acréscimo da Cofins de 3,0% para 7,6% sobre as receitas das empresas não financeiras em 2004; a cobrança de PIS/Cofins nas importações em 2005; e a elevação da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 12,0% para 32,0% para empresas prestadoras de serviços optantes pelo regime de lucro presumido.

Como se vê, as desonerações de impostos de cerca de R\$ 30,0 bilhões, promovidas no primeiro mandato do presidente Lula, beneficiaram segmentos específicos e foram insuficientes para provocar um recuo do peso dos impostos no País para patamares próximos àqueles contabilizados por países emergentes com detentores de inserção externa e grau de risco semelhantes aos do Brasil, tais como Argentina (22,0%), Chile (19,0%) e México (18,0%). Conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, o alcance desse propósito exigiria redução de carga próxima de 10,0% do PIB.

No fundo, o declínio acentuado do fardo tributário incidente sobre os agentes econômicos no Brasil impõe ações em duas frentes. Na área de receitas, são urgentes a realização de significativa atualização da tabela do Imposto de Renda na fonte (as quatro correções feitas desde 2002 deixaram um resíduo de quase 80,0%) e a diminuição da alíquota do PIS, da Cofins e da CPMF. No campo das despesas, parece crucial a compressão do tamanho do Estado, por meio da racionalização do emprego dos recursos, especialmente o recuo daqueles drenados pelas rubricas correntes e financeiras, em benefício das inversões em capital social básico.

\* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School.

# A retomada conjuntural da inflação

Gilmar Mendes Lourenço\*

A evolução dos preços no Brasil, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi de 2,32% nos primeiros sete meses de 2007, bastante acima daquela verificada em idêntico período de 2006 (1,73%). Em um ano, o incremento foi de 3,74%, superior aos 4,03% verificados entre agosto de 2005 e julho de 2006.

Lembre-se de que o IPCA, pesquisado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mede a variação dos preços de uma cesta de produtos consumidos por famílias que auferem rendimentos entre um e quarenta salários mínimos (SM), representa o cerne da política econômica do País, centrada na busca do cumprimento de metas de inflação, fixadas em 4,5% ao ano pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), para o triênio 2007-2009, com banda de tolerância de dois pontos percentuais para cima ou para baixo. Com isso, o CMN visa ao delineamento das expectativas dos agentes e à acomodação dos choques de oferta e/ou ao surgimento de fatores acidentais.

O IPCA foi impulsionado por alimentos e bebidas (4,0%), variação três vezes maior que a registrada em todo o exercício de 2006, que foram afetados pelas chuvas e pelo calor intenso no começo do ano, e pela subida de mais de 25,0% do preço do leite (3,4% em 2006), em decorrência da conjugação entre o período de entressafra (com inverno seco e diminuição do pasto e da alimentação do gado) e o aumento da demanda e dos preços externos, em consequência das quebras de produção na Austrália e Nova Zelândia. Houve ainda a impulsão dos preços das lavouras de ciclo curto (hortaliças e verduras) e a influência do surgimento da onda etanol.

Esse conjunto de constrangimentos explica a ocorrência de uma espécie de rebatimento da globalização da inflação no varejo. Em compensação, os preços dos combustíveis recuaram, em razão da queda dos valores de comercialização do álcool com a entrada da safra de cana-de-açúcar.

---

*Não fosse a sobrevalorização do real,  
a ascensão inflacionária acoplada aos  
alimentos seria ainda maior*

---

Não fosse a sobrevalorização do real, ladeando a depreciação global do dólar, a ascensão inflacionária acoplada aos alimentos seria ainda maior. Aliás, o câmbio

apreciado permanece representando o principal fator explicativo da convergência entre o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) e o Índice de Preços no Atacado (IPA), apurados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que experimentaram incrementos de 1,75% e 1,00%, respectivamente, nos primeiros sete meses de 2007, e de 4,00% e 3,80%, respectivamente, em um ano encerrado em julho de 2007.

Em marcha semelhante, o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), mensurado pela FGV, situou-se em 1,82% entre janeiro e julho de 2007 e em 4,12% em doze meses. Destaque-se que a diferença fundamental entre o IGP-M e o IGP-DI repousa na periodicidade de coleta dos preços: dos dias 21 a 20 para o primeiro, e de 01 a 30 (31) para o segundo.

A intensificação da concorrência e dos desdobramentos deflacionários exercidos pelos bens importados pode ser comprovada pela abertura de flancos para a realização de compras externas tanto de bens de investimento quanto de consumo, particularmente aqueles *made in China*.

No entanto, a influência do atraso cambial sobre os preços internos poderá perder fôlego, a partir da internalização da trajetória ascendente das cotações das *commodities*, em paralelo à adoção de posturas de recomposição de margens, principalmente por parte das empresas do segmento de serviços, em ambiente de expansão da demanda doméstica e dos salários reais.

Especificamente da área energética, devem emergir pressões exógenas nada desprezíveis, vindas do equilíbrio na equação entre oferta e demanda de petróleo, em face da ampliação do consumo, da diminuição da produção no Mar do Norte e do atraso na execução de grandes empreendimentos de exploração. Não por acaso, os preços do barril do óleo encontram-se acima de US\$ 70,0, pouco inferiores aos recordes atingidos em 2006.

Em sentido análogo, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), levantado para aferir a variação do custo de vida da população com rendimento entre 1 e 8 SM, aumentou 2,53% nos primeiros sete meses de 2007, e 4,19% nos últimos doze meses.

---

\* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School.

# Tópicos da Conjuntura

---

*Gilmar Mendes Lourenço, Julio Takeshi Suzuki Júnior e Silmara Címbalista\**

---

## PERDA DE IMPORTÂNCIA DOS EMPREGOS COM CARTEIRA ASSINADA

No Brasil, no início deste ano, comparativamente ao ano passado, 4,95% das 6,1 milhões de admissões com carteira assinada ocorridas entre janeiro e maio se deram por conta da fiscalização realizada pelo Ministério do Trabalho. O mercado formal de trabalho reagiu bem devido ao aquecimento da economia e à intensificação da fiscalização.

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) indicam que nos primeiros cinco meses de 2007 houve aumento de 11% no número de pessoas com carteira assinada, contra 10% das que perderam o emprego no período, ou seja, o saldo entre admitidos e demitidos subiu 19%.

A atuação do Ministério foi ampliada com a contratação de 200 auditores em janeiro deste ano. Contudo, o quadro ainda é pequeno, se se considerar a necessidade de fiscalização no País. Há três mil fiscais para atuar em todo o território nacional, bastante abaixo do que exige a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Dentre os setores fiscalizados, os que apresentam maiores problemas são o agropecuário e o de serviços: o primeiro, por ter maior número de trabalhadores sem carteira assinada e, o segundo, por falta de registro em carteira e pelas fraudes. Nestes casos, são necessárias uma intervenção do auditor e a abertura de processo para a certificação da fraude.

Caso comprovada a fraude ou a falta de registro, mesmo sem terceirização, a empresa recebe multa de R\$ 401,00 por trabalhador não regulamentado. Se não quitar o débito, passa a integrar o cadastro da dívida ativa, sem perder, contudo, a oportunidade de solicitar crédito em bancos públicos, participar de licitações e negociar com esferas governamentais.

Apesar da importância da fiscalização, sua menor participação na criação de postos de trabalho deixa claro que são o crescimento econômico e a melhora nas expectativas dos empresários que levam a uma maior formalização. O melhor desempenho industrial entre janeiro e maio contribuiu tanto em termos qualitativos, com o aumento da formalização, quanto em termos quantitativos, com maior geração de vagas, tendo o saldo líquido de postos formais de trabalho chegado a 271,7 mil, 39% a mais que em igual período de 2006.

O aumento da população economicamente ativa (PEA) explica o dinamismo do mercado de trabalho, uma vez que pessoas antes fora do mercado do trabalho passam a se inserir neste, aumentando a concorrência. Entretanto, a taxa de desemprego de 10% não caiu, ainda que mais vagas sejam abertas a cada mês.

## OFERTA DE EMPREGO MELHORA PARA OS MENOS QUALIFICADOS

Resultados das pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), baseadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que, no período 2001-2005, apesar do aumento da renda familiar *per capita*, com exceção dos 10% mais ricos da população, 60% da população teve queda na renda do trabalho. A análise, que isola apenas a remuneração intrínseca ao posto de trabalho, indica que houve queda de 82% nesse período.

Mesmo havendo queda sustentável da pobreza e da desigualdade no País, não houve melhora dos postos de trabalho, nem tampouco significativo desenvolvimento humano e produtividade do trabalho, como seria desejável.

No período pesquisado, os trabalhadores que tiveram as melhores perspectivas foram aqueles com menor qualificação, os habitantes de cidades pequenas e empregados da agropecuária, bem como os que vivem nas Regiões Sul e Nordeste, onde o peso do agronegócio é maior. Os trabalhadores mais prejudicados foram os de alta qualificação, normalmente moradores das grandes metrópoles, comparativamente aos menos qualificados.

Esse quadro parece indicar que depois da abertura econômica dos anos 1990 o País passou por um processo gradual de melhorias dos setores que têm vantagens comparativas na inserção da economia internacional, como o agropecuário.

A redução da extrema pobreza, no período supracitado, foi três vezes menor que a necessária para atender às metas do Milênio (metas sociais para todos os países acordadas no âmbito da Organização das Nações Unidas - ONU). Portanto, ainda é essencial garantir crescimento mais generalizado e sustentado para a produtividade do trabalho.

Como há sinais de que a partir de 2006 haja aceleração do crescimento da economia, é possível que este processo ocorra. Contudo, embora a desigualdade venha diminuindo, persiste o antagonismo entre crescimento e distribuição de renda.

## O CUSTO DA INFORMALIDADE NO TRABALHO BRASILEIRO

Segundo dados do Banco Mundial (BIRD), cerca de 55% dos postos de trabalho da área urbana no Brasil são informais, sem direitos sociais assegurados. Levantamentos apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostram que, em setores da economia como indústria, comércio e serviços, um em cada dois trabalhadores possui carteira assinada.

---

\* Técnicos da equipe permanente desta publicação.

O alto custo da informalidade do trabalho no País decorre da distorcida estrutura tributária que onera a folha de pagamento das empresas. Este fato da realidade jurídica brasileira é recorrente, advindo de uma legislação trabalhista obsoleta, de um outro contexto histórico.

As discussões, muitas vezes maniqueístas, sobre a necessidade de revisão das leis trabalhistas brasileiras exaltam os ânimos de todos os atores envolvidos. Os empresários responsabilizam a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) por todos os males da economia; alguns representantes dos trabalhadores ainda são guiados pela concepção de que somente a lei pode garantir direitos, e o governo, por sua vez, prioriza a resolução dos problemas da economia pelo Diário Oficial.

A discussão sobre a reforma trabalhista transformou-se num grande jogo de cena em que falta senso prático. Na verdade, não se pode prescindir da regulação das relações trabalhistas por lei que estabeleça um conjunto mínimo de direitos.

Não é o caso de “rasgar” a CLT, como deseja a classe empresarial, ou de manter um modelo que vige há 60 anos e não alcança a metade dos trabalhadores em atividade, como desejam alguns representantes dos trabalhadores. É preciso buscar algo que atenda a todos de forma satisfatória e isonômica, criando condições de retirada de muitos trabalhadores da clandestinidade.

A informalidade é um reflexo da má-formação da produção legislativa no Brasil, marcada pela criação de leis sob uma perspectiva puramente moral, focando de forma isolada a conduta do agente, e não o resultado prático que poderia ser alcançado com o cumprimento das normas. O paradigma estabelecido gira em torno de estar na lei; se esta será cumprida já não é preocupação do legislador. Para alterar esta conduta é preciso boa dose de pragmatismo, afinal não se pode cumprir leis por razões morais mas porque traz benefícios reais aos trabalhadores.

O empregador não contrata mais e paga todos os direitos trabalhistas apenas porque o governo quer. É preciso proporcionar estímulos à contratação de trabalhadores, isto é, em vez de criar mais formalidades é preciso retirá-las das contratações. Contratar deve ser algo simples, com cláusulas e condições definidas pela vontade das partes, obedecidos alguns princípios básicos.

Em lugar do extenso rol de pormenores, dever-se-ia dar lugar ao contrato coletivo de trabalho, privilegiando acordos e convenções coletivos como fontes do direito do trabalho. O sistema de remuneração poderia ser misto, contemplando uma parcela fixa com outra parcela de participação sobre os resultados, na forma de bônus periódicos. Enfim, a discussão sobre as relações trabalhistas no País precisam ser dotadas de menos idealismo e mais pragmatismo.

## RECUPERAÇÃO CONJUNTURAL DA INDÚSTRIA DO PARANÁ

Os resultados da evolução da produção industrial no primeiro semestre de 2007, levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atestam a continuidade da recuperação dos níveis de atividade do parque manufatureiro paranaense, depois da situação bastante desfavorável registrada até o terceiro trimestre de 2006.

A produção industrial do Estado cresceu 7,0% entre janeiro e junho de 2007 em relação ao mesmo período de 2006, contra variação de 4,8% da indústria no Brasil. Trata-se do terceiro melhor desempenho entre as treze unidades subnacionais acompanhadas pelo IBGE, atrás apenas do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, que exibiram incremento de 8,5% e 7,9%, respectivamente.

A enorme variação da indústria gaúcha esteve vinculada ao avanço das atividades do pólo petroquímico de Triunfo e da fabricação de máquinas e equipamentos, com fortes vínculos com o revigoramento do agronegócio, e da produção de veículos, em virtude da maturação plena das inversões na ampliação da capacidade nominal da fábrica da General Motors, em um panorama de aquecimento das vendas de automóveis associado predominantemente à ampliação das facilidades creditícias. Em contrapartida, o complexo coureiro-calçadista vem amargando sucessivos revezes determinados pelos impactos do câmbio ruim.

O expressivo aumento constatado na indústria mineira pode ser imputado ao movimento crescente da extração de minério de ferro e da produção de máquinas e equipamentos e de veículos. Ressalte-se também a estagnação da produção do Estado do Amazonas, em decorrência da drástica queda verificada em material eletrônico e equipamentos de comunicações, atrelada à perda do poder competitivo ante os produtos importados, por causa do câmbio.

A performance do parque fabril paranaense foi impulsionada pelos ramos de produtos químicos (fertilizantes), minerais não-metálicos, edição e impressão, mobiliário, máquinas e equipamentos, máquinas, aparelhos e materiais elétricos e veículos automotores.

O resgate da curva ascendente da indústria regional está intimamente ligado à elevação da rentabilidade física e financeira do agronegócio, em virtude do incremento da safra e das cotações internacionais; à reativação da construção civil, acoplada à cesta de incentivos fiscais disponibilizada desde 2006; à retomada (ainda que tímida) das inversões públicas contidas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo federal; e aos efeitos da recuperação dos salários e do crédito sobre a demanda por bens de consumo não-duráveis, semiduráveis e duráveis.

Ao mesmo tempo, observaram-se decréscimos de produção em madeira, papel e bebidas e refino de petróleo, atribuídos, em grande medida, à compressão da competitividade das exportações, ligada à persistente sobrevalorização do real, e à redução estacional do consumo nas estações de outono e inverno, no caso de bebidas. Ressalte-se, para o declínio em derivados de petróleo, a influência das obras em andamento no complexo da Petrobrás em Araucária.

A confirmação da trajetória positiva da indústria operante nos limites geográficos do Paraná requer a promoção de mudanças radicais na política de juros e de câmbio do País e da compressão do fardo tributário incidente sobre a produção e o consumo. Não sendo isto feito, o curso da indústria regional permanecerá ao sabor de fatores circunstanciais.

## EXPORTAÇÕES DO PARANÁ CRESCEM 25,3% NOS SETE PRIMEIROS MESES DE 2007

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as vendas externas do Paraná totalizaram US\$ 6,8 bilhões no acumulado de janeiro a julho de 2007, o que representou acréscimo de 25,3% em relação a igual período do ano passado. Esse resultado não deixa dúvida quanto à recuperação das exportações estaduais, que contabilizaram queda de -0,2% no exercício de 2006.

O notável desempenho das vendas ao exterior reflete, em razoável medida, o incremento nos embarques de soja em grão, automóveis e carne de frango *in natura*, que anotaram variações positivas de, respectivamente, 45,0%, 77,4% e 49,5% nas receitas nos sete primeiros meses de 2007. No caso da soja, a trajetória

ascendente das exportações está diretamente relacionada ao aumento da produção paranaense, afetada pela estiagem em 2006. De acordo com o Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab), foram colhidas 11,9 milhões de toneladas de soja na safra 2006/2007, correspondendo a um crescimento de 26,6% em comparação à temporada 2005/2006.

Já no que se refere aos automóveis, a ampliação das exportações pode ser imputada à concentração da produção de alguns modelos, voltados aos mercados externo e interno, no pólo automotivo localizado em São José dos Pinhais, resultando em significativos aumentos nas vendas destinadas à Alemanha, Argentina, México e Canadá. É interessante ressaltar que essa elevação se contrapõe ao declínio das exportações nacionais de veículos, verificado no presente exercício.

Acompanhando o segmento automobilístico, as vendas da carne de frango produzida no Estado vêm apresentando forte expansão, por conta principalmente dos avanços nos mercados asiático e europeu, no caso dos cortes da ave, e nos países árabes, que adquirem grandes quantidades de carcaças inteiras.

Em contraposição à expressiva performance das exportações dos produtos acima citados, alguns segmentos vêm exibindo resultados negativos, como os ramos de motores para veículos e madeira compensada, responsáveis por quedas de, respectivamente, -16,8% e -9,1% nas vendas externas no período janeiro-julho de 2007. Diferentemente da indústria madeireira, prejudicada sobremaneira pela valorização cambial, a redução das exportações estaduais de motores decorre de problemas específicos enfrentados por um importante fabricante de unidades motrizes.

# Paraná - Destaques Econômicos\*

Guilherme Amorim\*\*, Leonardo Marcon Weber, Mário Ricardo Mallassa e Monique Lovera Pasto\*\*\*

## AGROPECUÁRIA

### Valorização de terras mecanizáveis

Segundo o Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, houve uma valorização no preço das terras mecanizáveis do Estado em relação ao ano de 2000.

O estudo considera as três regiões produtoras de Cascavel, Paranavaí e Umuarama e analisa os anos de 2000, 2004 e 2007. Os dados do segundo período indicam valorização maior que a atual em decorrência dos preços da soja. De 2004 até 2007, a cotação dos grãos retornou aos patamares históricos. O aumento atual ocorre pela qualidade do solo, pela proximidade com o porto e pela boa infra-estrutura de escoamento, além da falta de oferta de terras e da renegociação das dívidas.

Segundo o Deral, as terras mecanizáveis da região de Cascavel apresentaram valorização de 95%, seguidas pelas terras da região de Paranavaí, cuja valorização foi de 55%, e de Umuarama, com valorização de 46% em relação aos preços de 2000.

CONCEIÇÃO, Ana. Terras no Paraná valorizam até 95%. **Folha de Londrina**, 5 jul. 2007. Economia, p.4.

### Cooperativas paranaenses investem R\$ 1 bi

No início de julho, o Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar) divulgou as metas das cooperativas paranaenses. São 228 empresas investindo cerca de R\$ 1,028 bilhão, gerando aproximadamente 15 mil empregos diretos e indiretos. O crescimento de 30% nos aportes deve ampliar o faturamento das cooperativas. A expectativa é que alcance R\$ 18 bilhões neste ano, com a elevação das exportações, que devem chegar a US\$ 1 bilhão. São 407.334 cooperados, que produzem 700 itens e exportam para 80 países.

Cerca de 36% do total dos investimentos será destinado à pecuária, sendo R\$ 305,5 milhões para a produção de suínos e frangos, R\$ 31,4 milhões para lácteos e R\$ 558,6 milhões para a fabricação de ração. As estruturas de armazenagem receberão

R\$ 231,3 milhões, o setor sucoalcooleiro R\$ 158,9 milhões, a maltaria R\$ 85 milhões, e a produção de sucos de frutas R\$ 35 milhões. As unidades administrativas, informática, reflorestamento e energia receberão R\$ 110,6 milhões.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é responsável por 70% dos recursos, contratados através do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e os contratos seguem o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop).

LIMA, Marli. Cooperativas do PR devem voltar a crescer. **Valor Econômico**, São Paulo, 9 jul. 2007. Empresas, p.B11.

POMBO, Luciana. Ocepar vai investir R\$ 1 bi na safra. **Folha de Londrina**, 7 jul. 2007. p.3.

ROCHER, José. Cooperativas investem R\$ 1 bilhão. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 7 jul. 2007. p.20.

### C. Vale irá aumentar sua capacidade de abate de aves

A C. Vale, de Palotina, investiu nos últimos anos cerca de R\$ 400 milhões em sua estrutura de produção de frangos. Este ano investirá mais R\$ 131 milhões nos setores de aves, suínos e grãos. Com o investimento, a cooperativa chegará ao final do ano com capacidade de abater 320 mil frangos por dia, sendo 70% desta produção destinada ao mercado externo. No futuro próximo, a C. Vale planeja, ainda, ampliar a capacidade de abate para 500 mil aves por dia.

LIMA, Marli. Cooperativas do PR devem voltar a crescer. **Valor Econômico**, São Paulo, 9 jul. 2007. Empresas, p.B11.

### Cooperativas investem em ampliações

A Coopavel, localizada na região de Cascavel, está investindo cerca de R\$ 100 milhões em ampliações. Deste montante, R\$ 62 milhões destinam-se a um novo frigorífico, que em 2008 permitirá dobrar a capacidade de abate de aves, chegando a 280 mil por dia; R\$ 25 milhões a uma nova fábrica de rações, que elevará a capacidade de produção de 30 para 80 toneladas/horas; e R\$ 8 milhões estão sendo investidos em uma unidade de produção de leite (UPL).

\*Elaborado com informações disponíveis entre 01/07/2007 até 31/08/2007.

\*\*Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

\*\*\*Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.



Além dos aportes da cooperativa, também será necessário um investimento dos produtores associados, que deverão construir mais 400 aviários, cada um deles com um custo estimado de R\$ 160 mil.

A Frimesa, por sua vez, investe R\$ 45 milhões na ampliação de seu frigorífico em Medianeira (Oeste), visando elevar a capacidade de abate, hoje de 2,2 mil, para 4,5 mil suínos/dia até 2012. O projeto, administrado pela própria cooperativa, já emprega 140 pessoas. Um impacto maior deverá ser provocado pela nova linha de abate de suínos, que deverá aumentar o número de funcionários de 3 mil para 4 mil.

A Corol Cooperativa Agroindustrial construiu um armazém em Cornélio Procópio, em um investimento de R\$ 100 mil. Capaz de receber 60 toneladas de laranjas por hora, o terminal funcionará como ponto de embarque para uma indústria em Rolândia. O crescimento da citricultura na região é reflexo de uma parceria entre a Associação dos Municípios do Norte do Paraná (Amunop), Emater, Secretaria de Agricultura do Paraná, Iapar e Corol. O projeto reúne mais de duzentos produtores em 45 cidades.

ROCHER, José; Ferreira, Giovanni. Estratégia direciona recursos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 jul. 2007. Caminhos do Campo, p.6.

ROCHER, José. Mil empregos em Medianeira. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 jul. 2007. Caminhos do Campo, p.6 e 7.

COROL inaugura terminal de laranja. **Folha de Londrina**, 31 ago. 2007. Economia, p.4.

## Avícola investe em Santo Antônio do Sudoeste

Com um investimento de R\$ 10 milhões, a Avícola Carminatti construirá um abatedouro de galinhas matrizes (poedeiras) em Santo Antônio do Sudoeste.

A empresa, associada à Unifranco Agroindustrial de Alimentos, pretende criar 350 empregos diretos e abastecer o mercado interno e externo. A capacidade do abatedouro será de 30 mil unidades/dia e deve contar com a produção de 280 granjas da região.

O município de Apucarana também recebeu investimentos no setor avícola. A Unifranco destinou R\$ 40 milhões à nova unidade industrial, que contará com uma câmara de estocagem e um terminal de contêineres, finalizados até o início de 2008.

GRUPO investirá R\$ 10 mi em abatedouro. **Folha de Londrina**, 3 ago. 2007. Economia, p.4.

NOVO abatedouro. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 3 ago. 2007. p.29.

## Centro de formação em Guamiranga

Foi inaugurado em Guamiranga, sudeste paranaense, o Centro de Formação de Agricultores (CFA). Os R\$ 450 mil gastos na obra vieram do PRONAT - Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O centro irá atender aos 12 municípios do Território Centro-Sul do Paraná.

CENTRO de formação é inaugurado no PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 ago. 2007. Caminhos do Campo, p.7.

## Novas variedades de trigo

Foi realizado, pela Embrapa e pela Fundação Meridional, o pré-lançamento de duas cultivares de trigo para panificação. As variedades, que estarão disponíveis em 2009, produzem cerca de 4 mil quilos por hectare e são resistentes ao oídio e à ferrugem da folha.

O Iapar, durante o Encontro Técnico de Inverno Coopavel 2007, lançou duas novas variedades de trigo, a IPR 130 e a IPR 136, ambas com boa produtividade de grãos e ótimos resultados de qualidade industrial para panificação.

IAPAR faz pré-lançamento de novas variedades de trigo. **Folha de Londrina**, 28 ago. 2007. Economia, p.4.

Paraná terá novas variedades de trigo. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 8 ago. 2007. p.15.

# AGROINDÚSTRIA

## Coamo investe R\$ 10 milhões em envasamento

A Coamo Agroindustrial Cooperativa investiu R\$ 10 milhões no envasamento de óleo de soja em embalagem *pet*. A fábrica produz 15 mil garrafas por hora de óleo em embalagem plástica e, também, continua envasando óleo em lata, porém numa quantidade menor. O faturamento da Coamo em vendas, no ano passado, foi de R\$ 250 milhões.

COAMO investe R\$ 10 mi em envase de óleo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 6 jul. 2007. p.18.

## Castrolanda investe no beneficiamento de leite

A Castrolanda concluirá até outubro um investimento de R\$ 22 milhões na construção de uma indústria de leite concentrado e creme de leite em Castro (Campos Gerais). A estratégia é oferecer produtos pré-industrializados para empresas como a Batavia, da qual a Castrolanda é acionista. A indústria deve entrar em operação este ano e terá capacidade para processar 300 mil litros de leite por dia (55% da produção da cooperativa). Esta é a primeira fase de um projeto de R\$ 92 milhões. Em uma segunda fase, R\$ 30 milhões devem ser destinados a uma indústria de caseína (derivado que concentra 80% das proteínas do leite) e, em uma terceira fase, R\$ 40 milhões devem ser destinados à instalação de uma indústria de leite em pó. As três unidades devem funcionar no distrito de Castrolanda. Segundo o Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), os investimentos em laticínios chegam a R\$ 31,45 milhões.

LIMA, Marli. Cooperativas do PR devem voltar a crescer. **Valor Econômico**, São Paulo, 9 jul. 2007. Empresas, p.B11.

ROCHER, José. Castrolanda vai beneficiar 55% do leite que recebe. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 7 jul. 2007. p.20.

AGROLEITE reflete boa fase do setor. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 ago. 2007. p.19.

## BNDES libera recursos para agricultura familiar

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) liberou uma linha de crédito de R\$ 5 milhões, beneficiando a agricultura familiar do Paraná e de Santa Catarina, através do Sistema Cresol (sistema de cooperativas de crédito), que descarta a necessidade de um banco para intermediar a operação.

R\$ 5 milhões. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 jul. 2007. Caminhos do Campo, p.3.

# INDÚSTRIA

## APL de Confeções em Londrina

Através de um investimento de R\$ 3,5 milhões, o Serviço Nacional da Indústria (Senai) inaugurou, em Londrina, o Centro de Vestuário e Moda, para dar apoio ao recém-criado Arranjo Produtivo Local (APL) de Confeções.

Na construção do Centro serão gastos R\$ 2 milhões. O restante será destinado à compra de equipamentos e estruturação das salas de aula. O empreendimento tem por finalidade capacitar mão-de-obra.

O APL de Confeções engloba 435 empresas da região e mais de 8 mil pessoas estão empregadas. Corresponde a aproximadamente 10% da produção do Estado, que chega a 150 milhões de peças por ano. O Paraná é o segundo maior pólo gerador de moda do País e fatura R\$ 2,8 bilhões anualmente.

Com a criação do arranjo as empresas serão mais competitivas, o que lhes possibilitará enfrentar a concorrência asiática.

MAZZINI, Fernanda. Londrina ganha APL de Confeções. **Folha de Londrina**, 30 jun. 2007. Economia, p.1.

---

## BNDES financia madeireira em Araucária

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiará R\$ 194,5 milhões para a construção de uma nova planta industrial na cidade de Araucária, da Bernek Aglomerados. O valor total do projeto chega aos R\$ 326 milhões e deverá incluir uma nova serraria, uma unidade de produção de chapas de MDF (*medium density fiberboard*), uma linha de revestimento de chapas e uma usina termelétrica com capacidade instalada de 10 megawatts, movida a biomassa.

JASPER, Fernando. Madeireira investirá R\$ 326 mi. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 jul. 2007. p.20.

---

## Brasbiofuel expande operações

A Brasbiofuel, refinaria de capital ítalo-brasileiro, passou a produzir 350 milhões de litros de biodiesel por dia, com as três fábricas arrendadas no País e por meio de uma companhia no Canadá.

BRASBIOFUEL avança. **Valor Econômico**, São Paulo, 6 jul. 2007. Empresas, p.B11.

---

## Norske amplia unidade

A Norske Skog, líder mundial na fabricação de papel imprensa, investirá cerca de US\$ 200 milhões em uma nova linha de produção na cidade de Jaguariaíva, no Norte Pioneiro. Com a conclusão do projeto, prevista para o segundo trimestre de 2009, a capacidade produtiva deve atingir 385 mil toneladas anuais de papel, contra 185 mil toneladas atualmente.

SCHEFFER, Cinthia. Norske inicia ampliação em setembro. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 6 jul. 2007. p.19.

---

## Ocepar prevê investimentos de R\$ 900 milhões em sucroalcooleiras

De acordo com um levantamento da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), os investimentos das oito cooperativas que atuam no setor sucroalcooleiro no

Estado podem atingir R\$ 900 milhões até o ano de 2012. Destes, cerca de um terço deverá vir de recursos próprios, e o restante poderá ser financiado através de órgãos de fomento.

Espera-se, com a concretização dos investimentos, aumento de 50% na produção de álcool e de 147% na produção de açúcar das cooperativas.

LIMA, Marli. Cooperativas do PR devem investir R\$ 900 milhões em açúcar e álcool. **Valor Econômico**, São Paulo, 6 jul. 2007. Empresas, p.B12.

---

## Integrada investe em indústria de sucos

A Integrada Cooperativa Agroindustrial pretende investir R\$ 35 milhões em uma indústria de sucos, o que pode beneficiar cerca de mil fruticultores do norte do Estado. A cooperativa espera faturar R\$ 50 milhões ao ano com a fábrica.

FRUTICULTURA receberá incentivo no Paraná. **Folha de Londrina**, 11 jul. 2007, Economia, p.4.

---

## Chrysler assume Tritec

A BMW transferiu para a Chrysler a sua participação na fabricante de motores Tritec Motors, no município de Campo Largo. A *joint venture* entre as duas companhias foi inaugurada em 1997. O valor da operação não foi divulgado.

Com a produção interrompida desde junho por falta de encomendas, a montadora norte-americana deverá vender a planta.

JASPER, Fernando. Com saída da BMW, Chrysler pode vender Tritec. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 jul. 2007. p.20.

---

## Tecpar produzirá biodiesel

Foi inaugurada no Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), em Curitiba, uma usina-piloto de biodiesel multiuso. A usina utilizará matéria-prima de fontes renováveis e produzirá em escala semi-industrial, com capacidade para produzir entre 500 e 1.000 litros de biodiesel por dia. O investimento total foi de R\$ 1,2 milhão, sendo R\$ 845 mil gastos em equipamento.

BERTOLDI, Andréa. Usina de biodiesel é inaugurada no PR. **Folha e Londrina**, 24 jul. 2007. Economia, p.4.

SAIKI, Lyrian. Tecpar vai produzir biodiesel. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 24 jul. 2007. p.27.

TECPAR inaugura usina de biodiesel. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 21 jul. 2007. p.28.

---

## Usaciga produz e vende energia

A Usaciga Açúcar, Álcool e Energia Elétrica S.A., de Cidade Gaúcha, anunciou o processo de co-geração de produção de energia a partir da queima do bagaço da cana-de-açúcar. Com um investimento de R\$ 60 milhões, o novo sistema irá produzir 40 MW/h de energia elétrica, dos quais 32MW/h serão comercializados através do sistema Proinfa/Eletrobrás. Com o novo sistema de co-geração, a usina prevê ampliar em 20% sua capacidade de moagem de cana-de-açúcar a partir de 2008, com uma produção de 2,5 milhões de toneladas/ano. Fundada em 1980, a usina possui seu controle acionário dividido entre a Agrocana, da família Baréa, com 51%, e a Clean Energy Brazil, que possui 49% das ações, recentemente adquiridas por US\$ 130 milhões.

USINA produz energia e vende o excedente. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 28 de jul. 2007. p.30.

---

## Projetos de alcooldutos incluem o Paraná

A Copel anunciou um projeto para a construção de um alcoolduto de 528 quilômetros de extensão, ligando Maringá ao Porto de Paranaguá. O projeto, ainda em estudos, está orçado em R\$ 630 milhões e tem capacidade de transporte planejada de 300 milhões de litros de álcool por mês. Espera-se uma redução nos custos de transporte de 70% e conclusão das obras até 2010.

Do consórcio participarão a Copel, com no mínimo 51% de participação, a Associação dos Produtores de Açúcar e Alcool do Paraná (Alcopar), com aproximadamente 25%, e a Compagas. O projeto foi reivindicado no Programa de Expansão Sucrialcooleiro e incluído na Política de Desenvolvimento Econômico. Após a aprovação na Assembléia Legislativa, o projeto deve passar pela fase de licenciamento ambiental.

A Petrobras, por meio da Transpetro, também prevê a construção de um corredor que tenha o Porto de Paranaguá como ponto de escoamento. O projeto, que inclui mais dois alcooldutos, deve demandar US\$ 1,1 bilhão em investimentos. Esse corredor deve partir de Cuiabá e terá capacidade de transporte estimada em três bilhões de litros por ano.

BRITO, Agnaldo. Exportação esquentada corrida por alcooldutos. **O Estado de S. Paulo**, 1 ago. 2007. Economia, p.B7.

COPEL e usineiros vão construir alcoolduto de Maringá ao porto. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 31 jul. 2007. p. 19.

LIMA, Marli. Copel vai liderar projeto de duto para transportar álcool. **Valor Econômico**, São Paulo, 30 jul. 2007. Empresas, p. B7.

## Grupo Positivo aumenta renda e entra em novos segmentos

O grupo Positivo alterou o projeto de seu teatro, o Teatro Positivo. Com essa alteração o custo das obras caiu de R\$ 20 milhões para R\$ 15 milhões, o que fará o grupo entrar no segmento de aluguel de espaços para *shows* e eventos. O teatro, que tem a inauguração prevista para março do ano que vem, será o maior do Paraná e terá capacidade para 2,3 mil pessoas, e não mais para 2,5 mil, como estava no projeto original. Próximo ao teatro está sendo erguido o ExpoCuritiba, um centro de exposições que teve um investimento de R\$ 10 milhões e deve ser finalizado no primeiro trimestre de 2008. Até o final de 2008 será concluído um hotel de 8 andares com 120 apartamentos, que ficará ao lado do centro de exposições. O valor dos três prédios será de R\$ 37 milhões, sendo que 80% das obras serão feitas com recursos da *holding* Positivo, e o restante do projeto será financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Prevê-se que o faturamento do setor de eventos e exposições seja de R\$ 4,5 milhões anuais, daqui a quatro anos. O grupo Positivo faturou R\$ 1,85 bilhão em 2006, sendo R\$ 1,349 bilhão proveniente da Positivo Informática, e investiu R\$ 200 milhões de 1999 a 2007. Até outubro a Positivo pretende aumentar sua capacidade de produção de 130 mil unidades para 225 mil unidades mensais, com uma ampliação em sua fábrica de Curitiba, onde estão sendo erguidos mais 10 mil metros quadrados de construção.

LIMA, Marli. Grupo Positivo diversifica com teatro e hotel. **Valor Econômico**, São Paulo, 2 ago. 2007. Empresas, p.B2.

SCHEFFER, Cinthia. Unicenp investe R\$ 37 mi em eventos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 2 ago. 2007. p.20.

SCHEFFER, Cinthia. Notebook fermenta balanço da Positivo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 ago. 2007. p.20.

ROSA, João Luiz. Com lucro duplicado, Positivo amplia fábrica. **Valor Econômico**, São Paulo, 8 ago. 2007. p.A5.

## Case New Holland contrata 477

Segundo informações da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a Case New Holland registrou um aumento de 98% e 54% nas vendas de colheitadeiras e tratores, respectivamente, para o mercado interno, entre janeiro e julho deste ano, relativamente a igual período de 2006. Foram 449 colheitadeiras e 3.686 tratores. O crescimento levou à contratação de 477 funcionários para a fábrica paranaense.

A indústria do setor comercializou 1.044 colheitadeiras e 16.592 tratores em igual período, e a expectativa da Anfavea para o comércio do setor é de 26 mil tratores e 1,6 mil colheitadeiras até o fim do ano.

AGRONEGÓCIO puxa venda de maquinários. **Folha de Londrina**, 7 ago. 2007. Economia, p.1.

## Bematech apresenta lucro bruto de 27,8%

A Bematech, localizada em Curitiba, produziu neste semestre cerca de 40,3 mil unidades, entre mini-impressoras fiscais e produtos de automação comercial.

Após a abertura de capital, em abril, a empresa captou aproximadamente R\$ 205 milhões. A maior parte deste total deve quitar a aquisição da desenvolvedora de *software* Gemco e da prestadora de serviços GSR7. Um terço será destinado a novas aquisições e 24% serão alocados em quitação de empréstimos, nova infra-estrutura e desenvolvimento de produtos.

A empresa apresentou receita líquida de R\$ 59,1 milhões no segundo trimestre deste ano, e lucro bruto 27,8% superior a igual período de 2006.

BEMATECH cresce com hardware. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 ago. 2007. p.20.

## Robótica no Paraná

Ficará em Siqueira Campos a primeira fábrica de robôs do Brasil, envolvendo um investimento de quase R\$ 2 milhões em equipamentos e cerca de R\$ 1 milhão financiados pelo governo estadual na construção de quatro barracões industriais, que, juntos, terão uma área total de 2 mil metros quadrados. O início da produção deverá ser em janeiro de 2008, com um faturamento esperado de R\$ 8 milhões. A fábrica deve gerar 600 empregos diretos ao fim de dois anos e disponibilizará um curso de mecânica.

MARTINS, Marco. Fábrica de robótica no Norte Pioneiro terá investimento de R\$ 3 milhões. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 ago. 2007. p.6.

ROBÓTICA em Siqueira Campos. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 8 ago. 2007. p.28.

## Atos Origin instala-se em Curitiba

O grupo europeu Atos Origin pretende instalar um centro de terceirização em Curitiba. Serão 4 milhões de euros investidos em formação e treinamento de pessoal. A contratação se dará em três fases: na primeira, serão 200 contratados; em 2008 serão mil, e em 2009 serão outros 1,4 mil contratados.

A empresa de desenvolvimento e implementação de serviços de software pretende, até 2010, estar instalada no Tecnoparque, um projeto da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba.

A companhia, instalada em quarenta países e há treze anos no Brasil, cita o baixo custo da mão-de-obra e a proximidade de fuso horário com a Europa e América do Norte como atrativos para a expansão no País. Sua receita anual aproxima-se de 5,5 bilhões de euros.

CARNIERI, Helena. Atos investe R\$ 10 milhões em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 ago. 2007. p. 20.

LIMA, Marli. Atos Origin instalará unidade em Curitiba. **Valor Econômico**, São Paulo, 15 ago. 2007. Empresas, B3.

SAIKI, Lyrian. Empresa anuncia instalação em Curitiba. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 15 ago. 2007. p.33.

---

## Racco amplia produção

A fabricante de cosméticos Racco vem desenvolvendo, nos últimos dois anos, um investimento de R\$ 10 milhões, destinados à contratação de 100 funcionários; à ampliação da automação, para dar conta do crescimento médio anual de 50% no volume de produção; e à ampliação de sua área construída, que passou de 6,5 mil m<sup>2</sup> para 18 mil m<sup>2</sup> e conta com uma nova fábrica. A recente linha de preparados alimentícios já é responsável por 8% das receitas da empresa.

CARNIERI, Helena. Racco amplia produção com investimento de R\$ 10 milhões. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 ago. 2007. p.19.

LIMA, Marli. Com nova fábrica, Racco quer crescer no setor de alimentos. **Valor Econômico**, São Paulo, 15 ago. 2007. Empresas, p.B4.

---

## Daiken recebe investimento

A Daiken Indústria Eletrônica, sediada em Colombo, recebeu R\$ 1,8 milhão do Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes de Base Tecnológica de Santa Catarina, que também ampara empresas paranaenses. O fundo é capitalizado com recursos do Sebrae, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e fundos de pensão estatais. A Daiken planeja, com o financiamento, desenvolver novos produtos e crescer no mercado externo. A empresa conta com clientes na América Latina e África do Sul.

FÉLIX, Rosana. Com aporte, Daiken vai investir para faturar cinco vezes mais até 2011. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 ago. 2007. p.25.

---

## Sepac investe R\$ 100 milhões

Sediada em Mallet, a Sepac planeja investir R\$ 100 milhões em novos equipamentos no período de um ano. A indústria produz, atualmente, 90 toneladas de papel sanitário e duplicará esse volume com a modernização de sua estrutura, esperando, assim, atender a novos mercados.

A fábrica emprega 365 pessoas e desenvolveu um curso de capacitação para futuros trabalhadores. Estima-se que a expansão crie 150 novos postos de trabalho.

CARAZZAI, Estelita. Sepac investe R\$ 100 mi para dobrar produção. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 ago. 2007. Economia, p.4.

---

## Air Liquide constrói em Araucária

A multinacional francesa Air Liquide, que detém entre 15% e 17% do mercado brasileiro de gases industriais, constrói unidade de produção em Araucária. Visando atender à demanda

de indústrias de bebidas, alimentos, soldagens e papel, a planta será capaz de produzir cinquenta toneladas de dióxido de carbono por dia, a partir de 2008. Foram gastos R\$ 10,5 milhões nessa unidade. A Air Liquide planeja investir, em todo o Brasil, US\$ 200 milhões até 2010.

MANECHINI, Guilherme. Air Liquide investirá US\$ 200 milhões no Brasil até 2010. **Valor Econômico**, São Paulo, 27 ago. 2007. Empresas, p.B8.

---

## Biodiesel em Wenceslau Braz

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep) e a Brasil EcoDiesel instalarão uma usina de biodiesel em Wenceslau Braz. Na fase de implantação, será realizado um convênio com 40 agricultores da região (20 de Wenceslau Braz e 20 de Santana do Itararé) para o fornecimento de oleaginosas. A iniciativa faz parte do Programa Paranaense de Biodiesel.

CONVÊNIO viabiliza unidade de biodiesel em Wenceslau Braz. **Folha de Londrina**, 29 ago. 2007. Economia, p.4.

---

## Organnact adquire laboratório

A Organnact, produtora curitibana de suplementos alimentares para animais de grande e pequeno portes, comprou o laboratório gaúcho Fitovet por R\$ 1,2 milhão. Especializado em produtos fitoterápicos, o laboratório dará à Organnact a capacidade de desenvolver novas linhas de rações.

AQUISIÇÃO em suplemento. **Valor Econômico**, São Paulo, 29 ago. 2007. Empresas, p.B13.

AMPLIANDO mercados. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 29 ago. 2007. p.28.

---

## Cocelpa na Bélgica

A Companhia de Papel e Celulose do Paraná (Cocelpa) inaugurará, até o final de 2009, uma fábrica de embalagens em Liège, na Bélgica. O investimento, estimado em 10 milhões de euros, será parcialmente financiado com recursos de um fundo criado pela siderúrgica Arcelor Mittal, pela prefeitura de Liège e pelo governo belga. O fundo é resultado de um acordo que busca atenuar os efeitos da desativação de uma unidade da Arcelor Mittal na cidade.

A unidade belga da Cocelpa utilizará como matéria-prima o papel *kraft* produzido em sua fábrica de Araucária, região metropolitana de Curitiba. A empresa considera utilizar a estrutura belga para exportar frutas a partir de sua planta industrial em João Pessoa. A Cocelpa investe, em 2007, R\$ 12 milhões na modernização dessas e de suas duas outras unidades produtivas, em São José dos Pinhais e Curitiba. A expectativa é de que seu faturamento em 2007 alcance R\$ 230 milhões, indicando um crescimento de 8% em relação ao ano passado. Anualmente, a Cocelpa produz 70 mil toneladas de papel *kraft*, 36 mil toneladas de papel reciclado e 12 milhões de sacos valvulados.

CARNIERI, Helena. Fabricante paranaense de papel investirá em unidade na Bélgica. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 31 ago. 2007. p.19.

CARNIERI, Helena. Empresas têm incentivos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 31 ago. 2007. p.19

LIMA, Marli. Cocelpa monta unidade na Bélgica. **Valor Econômico**, São Paulo, 31 ago. 2007. Empresas, p.B6.

---

## COMÉRCIO

### Credipar pretende aumentar seu faturamento em 60%

A Credipar conclui em agosto um projeto de investimentos de R\$ 2 milhões, iniciado no mês de março, em informática e na mudança de sua sede do centro de Curitiba para o bairro do Seminário. Neste ano, a financeira entra nos mercados mineiro e matogrossense e pretende instalar-se, ainda no segundo semestre, no Rio Grande do Sul. A empresa, que obteve um faturamento de R\$ 140 milhões em 2006, busca aumentar em 60% o resultado neste ano. Braço financeiro do grupo Negresco, a Credipar foi fundada há 10 anos. Atualmente, 14% das operações da financeira estão no ramo de cartões e 78% no Crédito Direto ao Consumidor (CDC).

LAUFER, Felipe. Credipar aposta na baixa renda para crescer. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 2 jul. 2007. p.19.

### Shopping Catuaí será ampliado

O Catuaí Shopping será expandido, com a construção de mais 77 lojas satélites, 5 âncoras, 2 semi-âncoras, 2 restaurantes e 5 lanchonetes, um centro de convenções para 1,6 mil pessoas e um teatro, totalizando 15 mil metros quadrados. O estacionamento irá ganhar mais 1,4 mil vagas subterrâneas. Dos espaços da nova ala, 65% já foram comercializados com redes-âncoras, como Riachuelo, Colombo, Camicado e Centauro. A loja da Riachuelo será a maior loja de vestuário do Catuaí Shopping, com quase 3 mil metros quadrados. Serão investidos R\$ 6 milhões na loja, que criará entre 150 e 200 empregos. O investimento orçado será de R\$ 60 milhões. Nos últimos cinco anos, o shopping cresceu 50% em público e 100% em vendas, possuindo um faturamento mensal estimado em R\$ 30 milhões, chegando a dobrar em dezembro. A expansão do Catuaí Shopping deve atingir também Maringá, onde adquiriu um terreno de 86 mil metros quadrados.

MAZZINI, Fernanda. Shopping Catuaí vai construir mais 80 lojas. **Folha de Londrina**, 13 jul. 2007. Economia, p.3.

### Clinihauer pertence à Amil

Ao final de julho, foi efetivada a venda da Organização Médica Clinihauer. A maior empresa privada de medicina de grupo do sul do País foi adquirida pela Amil Assistência Médica, por um valor não revelado.

A negociação abrangeu as unidades de pronto-atendimento, pediatria, o Hospital Milton Muricy – na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), com 180 leitos – e a rede de laboratórios Cendilab.

A Amil, que atendia 50 mil clientes no Estado e 2,3 milhões no País, pretende manter a marca e os preços dos planos de saúde da Clinihauer, que possui 120 mil beneficiários e portfólio de 500 empresas na região de Curitiba.

AMIL oficializa compra da Clinihauer, mas não divulga valor. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 jul. 2007. p.20.

BERTOLDI, Andréa. Amil compra Clinihauer e amplia mercado. **Folha de Londrina**, 28 jul. 2007. p.3.

CARNIERI, Helena. Amil fecha negócio nesta semana. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 jul. 2007. p.25.

COMPRA da Clinihauer. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 28 jul. 2007. p.29.

### Livrarias Curitiba abre loja em São Paulo

A rede Livrarias Curitiba abre em outubro sua 14.ª loja da rede, no Shopping Aricanduva, zona leste da cidade de São Paulo. O investimento na nova loja foi de R\$ 3,5 milhões. A zona leste é considerada uma região de baixo poder aquisitivo, porém é a mais populosa da capital paulista. Em 2008 existe o plano de abrir mais uma livraria em Curitiba, no Shopping Palladium. Artigos de papelaria representam 20% das vendas da rede. No ano passado, a rede vendeu 2 milhões de exemplares e estima-se que este ano sejam vendidos 2,4 milhões, fazendo crescer sua receita em 10%.

BISPO, Tainã. Livrarias Curitiba abre loja para a classe C. **Valor Econômico**, São Paulo, 31 jul. 2007. Empresas, p.B4.

### Paraná Clínicas investe R\$ 30 milhões

A operadora de planos de saúde Paraná Clínicas está efetuando um investimento de R\$ 30 milhões em um novo centro integrado de medicina, que terá 18 mil metros quadrados e contará com centro cirúrgico, laboratório, centro de imagens e consultórios. A construção deve ser concluída em setembro de 2008. Atualmente a Paraná Clínicas possui uma carteira de 83 mil clientes em Curitiba e região metropolitana.

SANCHOTENE, Marco. Paraná Clínicas investe R\$ 30 mi. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 ago. 2007. p.20.

INVESTIMENTO em saúde. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 17 ago. 2007. p.29.

### Condor substituirá loja

A rede de supermercados Condor irá substituir sua loja da Avenida Brasília, no Xaxim. Com um investimento entre R\$ 10 milhões e R\$ 15 milhões, a nova loja terá 3.000 m<sup>2</sup> e serão contratados 170 funcionários. A inauguração está prevista para o período entre abril e maio de 2008.

Em setembro deve ser inaugurada uma nova unidade da rede no bairro curitibano de Santa Felicidade, e até 2010 a rede quer ampliar o número de lojas no Paraná de 24 para 34. A rede, que inaugurou em maio um hipermercado no bairro São Brás, em Curitiba, pretende expandir-se para as principais cidades de Santa Catarina.

CARNIERI, Helena. Caminho aberto para novos negócios. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 ago. 2007. p.4.

CARNIERI, Helena. Redes de supermercados paranaenses em SC. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 ago. 2007. p.4.

### Muffato investe R\$ 15 milhões

A rede Super Muffato investiu este ano cerca de R\$ 15 milhões para comprar e reformar um loja da rede Super Pão na Vila Hauer, em Curitiba, e construir uma nova loja em Londrina. A rede pretende abrir três lojas no ano que vem, e expandir-se para Santa Catarina.

CARNIERI, Helena. Redes de supermercados paranaenses em SC. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 ago. 2007. p.4.

### Sonae investe em Londrina

O grupo português Sonae Serra investirá R\$ 140 milhões na construção de um *shopping* em Londrina, com previsão de inauguração em 2009. O grupo também administrará o empreendimento de 80 mil metros quadrados, que abrigará cerca de duzentas lojas.

ZANON, Erika. Sonae vai administrar shopping do Marco Zero. **Folha de Londrina**, 26 ago. 2007. Economia, p.9.

## NÍVEL DE ATIVIDADE

### Eliane S/A encerra atividades em Londrina

A fábrica da Eliane S/A Revestimentos Cerâmicos, instalada em Londrina há 25 anos, encerrou suas atividades. Contava com 110 funcionários, e alegou ter fechado a unidade londrinense devido aos custos com GLP e óleo combustível e à falta de oferta de gás natural na cidade. Parte dos equipamentos deverá ser remanejada para Camaçari, na Bahia, e Criciúma, em Santa Catarina, onde a produção será concentrada.

ZANON, Erika. Fábrica de cerâmica em Londrina encerra atividades. **Folha de Londrina**, 10 ago. 2007. Economia, p.1.

ZANON, Erika. Fábrica de cerâmica vai negociar imóvel em Londrina. **Folha de Londrina**, 11 ago. 2007. Economia, p.3.

---

## FOMENTO

### Governo federal prorroga dívidas agrícolas

Os agricultores que financiaram as safras de 2003/04, 2004/05 e 2005/06 poderão prorrogar suas dívidas que tiverem vencimento para este ano. O governo federal anunciou o adiantamento de pagamento de R\$ 7 bilhões em débitos. Os novos contratos tornarão possível o custeio da safra 2007/08. São R\$ 70 bilhões disponibilizados pelo governo federal para a agricultura e pecuária.

O produtor deve comprovar que não tem condições de pagar, e o agente financeiro não pode incluir nesse grupo mais de 10% de sua carteira agrícola.

Para os programas Moderfrota, Prodecoop e Finame Agrícola Especial, o pagamento mínimo deve ser de 30%, com desconto de 15% sobre a parcela integral. Para os programas Moderagro, Moderinfra, Prodefruta, Prodeagro e Propflora, Pronaf e Proger Investimentos, o pagamento mínimo deve ser de 20%, com desconto de 5%.

O volume de descontos oferecidos pelo governo totalizam R\$ 780 milhões.

ROCHER, José. Prorrogadas dívidas de três safras. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 jul. 2007. p.21.

---

### Pronaf beneficia agricultores

As cooperativas e os agricultores familiares paranaenses poderão contratar R\$ 1,3 bilhão destinado pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) à safra 2007/08. O Plano Safra para todo o País chegará a R\$ 12 bilhões. O governo federal tem por expectativa beneficiar aproximadamente 220 mil famílias de agricultores e continuar com o seguro agrícola por preço e por clima.

As cooperativas de leite também poderão obter o crédito ao comprovarem que 51% da produção de seus integrantes vem do leite e que 70% dos cooperados são agricultores familiares. Para esta safra, o Plano traz juros entre 0,5% e 5,5% ao ano; para as cooperativas de leite serão 3%.

Serão investidos R\$ 5 milhões na Empresa Brasileira de Assistência Técnica (Emater), R\$ 5 milhões em redes, cooperativas

e universidades, e R\$ 3 milhões em assentamentos. Os serviços de assistência técnica serão ampliados para R\$ 168 milhões nacionalmente e contarão com vinte mil técnicos; os serviços no Estado receberão cerca de R\$ 13 milhões. O programa de aquisição de alimentos contará com R\$ 550 milhões, e o Pronaf comercialização com R\$ 600 milhões.

POMBO, Luciana. Agricultura familiar do PR terá R\$ 1,3 bi. **Folha de Londrina**, 12 jul. 2007. Economia, p.4.

POMBO, Luciana. Aumento nos recursos e taxas de juros menores. **Folha de Londrina**, 12 jul. 2007. Economia, p.4.

SAIKI, Lyrian. Agricultura familiar terá R\$ 1,3 bilhão. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 12 jul. 2007. p.35.

---

### Trator Solidário licitará 4 mil tratores

Através do programa Trator Solidário, o governo do Paraná licitará 4 mil tratores. Os produtores terão 10 anos para quitar os empréstimos, com uma taxa de juros de 5% ao ano. Segundo o governo, o preço do milho será utilizado como referência para calcular o saldo devedor dos financiamentos.

4 mil tratores. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 7 ago. 2007. Caminhos do Campo, p.7.

---

### Feira de Imóveis movimentou mercado paranaense

A 16ª Feira de Imóveis do Paraná, organizada pela Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário no Paraná (Ademi-PR), durou cinco dias e reuniu 50 expositores.

O evento ocorreu no Estação Embratel Convention Center, na capital. Foram oferecidos mais de 10 mil imóveis para venda e locação em Curitiba, Região Metropolitana e nos litorais paranaense e catarinense. Em Curitiba, o aumento na demanda por imóveis elevou em 15% o preço do metro quadrado, no período de um ano.

FÉLIX, Rosana. Feira de Imóveis deve movimentar R\$ 45 milhões. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 ago. 2007. p.19.

FEIRA de imóveis. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 17 ago. 2007. p.29.

LOPES, Rodrigo. Feira deve gerar R\$ 45 mi em negócios. **Folha de Londrina**, 16 ago. 2007. Economia, p.3.

SAIKI, Lyrian. Crédito aquece o setor imobiliário. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 17 ago. 2007. p.30.

---

## INFRA-ESTRUTURA

### Gastech implantará projeto de R\$ 20 mi

Após a inauguração do posto de gás natural veicular (GNV), em Londrina, o Complexo Gastech pretende abrir pontos de distribuição em Maringá e Mauá da Serra.

O Complexo, formado pela White Martins, GasLocal e Gastech, também deve chegar até Apucarana e Estado de São Paulo. A implantação do projeto está orçada em R\$ 20 milhões.

A Compagas pretende instalar três postos de GNV no município de Ponta Grossa até o fim de 2007.

MAZZINI, Fernanda. Gastech anuncia expansão no PR e SP. **Folha de Londrina**, 21 jul. 2007. Economia, p.3.

---

## Klabin investe pela disputa de mercado

A Klabin investirá, até o fim de 2008, R\$ 2,2 bilhões no Complexo Industrial de Monte Alegre, município de Telêmaco Borba, envolvendo a implantação da maior máquina de papel do Hemisfério Sul. Com a nova máquina, que deve operar até o início de 2009, a capacidade de produção anual da empresa chegará a 2 milhões de toneladas.

Os investimentos, que privilegiam a produção de papel-cartão, devem ampliar a receita da empresa em quase R\$ 1 bilhão. A produção aumentará 40% em relação ao total, em razão do seu maior valor agregado e menor vulnerabilidade em relação ao preço. O mercado de papel-cartão é de cerca de 28 milhões de toneladas. Além disso, estão sendo feitos estudos para a implantação de mais uma máquina em 2010.

A maior utilização desse tipo de papel está nas embalagens *liquid packaging board*, criadas pela TetraPak e capazes de isolar líquidos e alimentos de temperaturas elevadas. A demanda da TetraPak corresponde a 15% do faturamento da Klabin, que chegou a R\$ 2,6 bilhões em 2006. Com a ampliação da produção, esta participação deve chegar a 25%.

As vendas para Cingapura devem gerar mais de US\$ 50 milhões e, a partir deste país, ampliar as negociações com Malásia, Indonésia, Tailândia, Filipinas e Vietnã, além de aumentar a quantidade enviada aos Estados Unidos.

Outro aporte, destinado ao conjunto de equipamentos de geração de energia, visa aumentar a auto-suficiência da fábrica em 80%. Com custo de R\$ 470 milhões, foram instaladas duas novas caldeiras que reutilizarão resíduos do processo produtivo e alimentarão um turbogerador com capacidade de consumo de 72 MWh/h de energia. Planeja-se, ainda, a substituição de 2 mil motores obsoletos por equipamentos de baixa tensão, com maior eficiência e consumo de energia 10% menor.

A empresa é abastecida por 10,6 mil agricultores, que ocupam 57 mil hectares. Ela pretende fortalecer as parcerias, elevando a quantidade de madeira comprada de 8% para 20% até 2012.

JASPER, Fernando. Klabin já estuda nova ampliação na fábrica de Telêmaco Borba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 jul. 2007. p.20.

JASPER, Fernando. Lucro maior não evita queda das ações. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 jul. 2007. p.20.

VIEIRA, André. Klabin aposta R\$ 2,2 bilhões para se firmar em especialidades. **Valor Econômico**, São Paulo, 31 jul. 2007. Empresas, p.B6.

VIEIRA, André. Klabin e Suzano estudam mais ampliações. **Valor Econômico**, São Paulo, 27 jul. 2007. Empresas, p.B7.

VIEIRA, André. Parceria com terceiros eleva mancha verde. **Valor Econômico**, São Paulo, 31 jul. 2007. Empresas, p.B6.

VIEIRA, André. Projeto vai reduzir compra de energia. **Valor Econômico**, São Paulo, 31 jul. 2007. Empresas, p.B6.

## Londrina inaugurará terminal de cargas

Com investimento de R\$ 330 mil, o Terminal de Cargas Alfandegárias (Teca) começará a operar a partir deste segundo semestre. O Teca está localizado ao lado do aeroporto de Londrina e será administrado pela Infraero.

TECA fica para o segundo semestre. **Folha de Londrina**, 9 ago. 2007. Economia, p.3.

## ALL lucra R\$ 35,7 milhões

A América Latina Logística (ALL) anunciou seu desempenho comparativo após a aquisição da Brasil Ferrovias e da Novoeste no ano passado.

A receita líquida da empresa chegou a R\$ 1 bilhão no semestre, 1,1% superior ao primeiro semestre de 2006. Como lucro líquido registrou R\$ 35,7 milhões, e a margem de lucro Ebitda foi 41% superior ao acumulado dos seis meses no ano passado.

Segundo a empresa, no semestre, o volume transportado subiu 5%. O volume de *comodities* agrícolas cresceu 3,5%, e o de produtos industrializados 11,9%. Foram investidos R\$ 329,9 milhões em recuperação e adaptação de locomotivas e vagões e na compra de trilhos e dormentes, durante o mesmo período de 2007.

A ALL tem por meta dobrar o volume transportado pela Brasil Ferrovias nos próximos cinco anos. Essa ampliação faz parte do termo de compromisso de desempenho, exigido pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para aprovação da aquisição da Brasil Ferrovias, feita em maio do ano passado.

JASPER, Fernando. ALL lucra R\$ 51,8 mi e reverte prejuízos de 2006. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 ago. 2007. p.23.

JASPER, Fernando. ALL precisa aumentar transporte. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 ago. 2007. p.25.

LIMA, Marli. ALL reverte prejuízo e lucra R\$ 51 mi. **Valor Econômico**, São Paulo, 10 ago. 2007. Empresas, p.B8.

## SERVIÇOS

### Estácio investe no Paraná

A Estácio Participações S.A., rede privada de ensino superior, adquiriu instituições que atuam no Paraná. Com um desembolso estimado em mais de R\$ 150 milhões, realizou em agosto a compra da Sociedade de Educação Continuada e da Sociedade Técnica Educacional da Lapa. No início do mesmo mês, a Estácio havia adquirido o controle do Centro Universitário Radial (sete *campi* em São Paulo e um no Paraná) por R\$ 56,7 milhões.

Os investimentos tornaram-se possíveis graças à recente abertura de capital da Estácio. Sua oferta pública de ações captou R\$ 268 milhões.

VALENTI, Graziella; CAMPASSI, Roberta. Estácio faz segunda aquisição por R\$ 150 milhões. **Valor Econômico**, São Paulo, 29 ago. 2007. Caderno Brasil, p.A2.

# ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2007

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 407	172 601	2 905	28 239	583 524	20 664
2007 <sup>(1)</sup>	12 732	27 642	2 171	57 358	180 205	3 142	27 292	624 646	22 888

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	441 458	34 215 084	77 505	31 745	106 891	3 367
2007 <sup>(1)</sup>	99 226	110 031	1 109	547 547	46 273 500	84 511	42 260	148 442	3 513



TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2007

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	591 041	820 134	1 388	169 574	3 786 668	22 330	2 495 303	11 631 152	4 661
2007 <sup>(1)</sup>	554 705	805 677	1 452	175 624	3 763 136	21 427	2 742 404	14 594 013	5 322

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	447	1 221	2 732	3 942 420	9 421 295	2 390	762 339	1 202 139	1 577
2007 <sup>(1)</sup>	394	1 101	2 794	4 009 228	11 939 184	2 978	852 340	2 103 440	2 468

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2007

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Abril	137 718	24 256	27 353
1998	854 517	236 358	193 435	Maio	153 136	31 044	35 409
1999	957 237	198 873	229 466	Junho	151 216	28 283	32 006
2000	1 041 412	181 113	235 315	Julho	156 148	23 409	35 519
2001	1 121 828	197 985	263 451	Agosto	167 791	27 108	36 645
2002	1 235 681	219 350	333 951	Setembro	157 287	28 803	32 619
2003	1 344 398	219 774	359 139	Outubro	158 758	28 228	34 968
2004	1 557 747	276 806	340 568	Novembro	155 421	25 939	35 006
2005	1 788 481	308 947	367 765	Dezembro	150 009	30 095	34 262
2006 <sup>(1)</sup>	1 856 061	316 898	390 394	2007 <sup>(1)</sup>	468 808	69 260	108 023
Janeiro	159 589	21 644	30 330	Janeiro	164 663	24 474	36 043
Fevereiro	146 023	22 502	28 110	Fevereiro	143 180	22 662	33 603
Março	162 965	25 587	28 167	Março	160 966	22 124	38 377

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976-2007

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	2002	2 448	9 752
1977	1 356	8 826	2003	3 112	10 449
1978	1 614	9 636	2004	3 147	10 619
1979	1 635	12 575	2005	811	6 444
1980	1 936	13 482	2006	545	7 648
1981	1 954	14 105	Janeiro	62	450
1982	1 179	6 606	Fevereiro	82	484
1983	1 079	3 345	Março	67	633
1984	1 748	7 921	Abril	48	579
1985	2 167	9 728	Maio	44	849
1986	2 029	10 588	Junho	15	822
1987	2 121	9 479	Julho	-	897
1988	1 567	8 847	Agosto	24	582
1989	1 386	6 189	Setembro	46	657
1990	885	4 111	Outubro	50	671
1991	584	2 677	Novembro	56	551
1992	593	2 893	Dezembro	51	473
1993	1 038	4 475	2007	682	5 683
1994	1 707	9 011	Janeiro	78	403
1995	859	5 095	Fevereiro	64	548
1996	897	4 180	Março	90	744
1997	1 296	6 062	Abril	68	838
1998	1 380	6 025	Maio	145	964
1999	1 351	4 854	Junho	100	1 045
2000	1 692	6 251	Julho	137	1 141
2001	2 046	8 307			

FONTES: Anfavea, New Holland Latino-Americana Ltda.

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

TABELA 4 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2006

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235
2004	3 908 802	41,60	969 038	10,31	4 428 832	47,13	89 862	0,96	9 396 534
2005	3 297 487	32,90	993 480	9,91	5 597 653	55,85	134 049	1,31	10 022 669
2006 <sup>(1)</sup>	2 930 533	29,30	1 146 908	11,47	5 742 323	57,41	182 177	1,82	10 001 941

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2005-2006

BLOCO / REGIÃO	PARANÁ			BRASIL		
	Valor (US\$ FOB)		Var. (%)	Valor (US\$ FOB)		Var. (%)
	2005	2006		2005	2006	
Exportação	10 022 668 933	10 001 941 223	-0,2	118 308 387 113	137 469 700 421	16,2
União Européia	3 118 383 337	2 982 919 264	-4,3	26 492 519 238	30 373 023 712	14,6
Ásia (exclusive Oriente Médio)	1 423 302 591	1 320 186 770	-7,2	18 552 197 089	20 792 729 949	12,1
Mercosul	946 408 327	1 261 698 747	33,3	11 726 093 723	13 950 426 317	19,0
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	1 255 989 679	1 218 390 239	-3,0	22 741 381 375	24 679 041 793	8,5
Aladi (exclusive Mercosul)	1 127 158 279	1 033 400 073	-8,3	13 702 190 590	17 431 581 054	27,2
Oriente Médio	636 604 302	811 978 579	27,5	4 286 140 965	5 745 275 369	34,0
África (exclusive Oriente Médio)	395 414 399	496 229 496	25,5	5 977 269 239	7 448 581 743	24,6
Outros	1 119 406 014	877 136 049	-21,6	14 830 594 894	17 049 040 484	15,0
Importação	4 527 221 972	5 977 952 974	32,0	73 605 508 858	91 383 878 181	24,2
União Européia	1 762 027 527	1 770 208 128	0,5	18 145 598 669	20 125 607 295	10,9
África (exclusive Oriente Médio)	625 640 601	1 229 935 776	96,6	6 661 978 129	8 088 572 006	21,4
Ásia (exclusive Oriente Médio)	546 762 798	831 369 348	52,1	16 870 088 655	22 886 357 634	35,7
Mercosul	561 366 680	756 177 796	34,7	7 053 699 522	8 967 789 544	27,1
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	470 315 971	523 376 138	11,3	12 852 734 192	14 850 531 742	15,5
Aladi (exclusive Mercosul)	191 671 436	315 035 186	64,4	4 562 816 436	7 345 732 353	61,0
Oriente Médio	297 895 452	118 432 981	-60,2	2 509 617 837	3 160 242 433	25,9
Outros	71 539 502	433 415 615	505,8	4 948 975 418	5 959 045 174	20,4

FONTE: MDIC/SECEX

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO A JULHO 2006-2007

PRODUTO	JANEIRO-JULHO 2006		JANEIRO-JULHO 2007		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Soja em grão	428 899 485	7,9	621 714 631	9,1	45,0
Automóveis	349 644 044	6,4	620 135 311	9,1	77,4
Carne de frango "in natura"	411 724 026	7,6	615 326 845	9,0	49,5
Farelo de soja	417 624 974	7,7	490 222 125	7,2	17,4
Cereais	236 905 108	4,4	358 069 635	5,3	51,1
Motores para veículos	387 010 564	7,1	322 099 956	4,7	-16,8
Óleo de soja bruto	194 123 185	3,6	278 160 517	4,1	43,3
Açúcar bruto	144 970 310	2,7	200 133 153	2,9	38,1
Papel	159 832 825	2,9	193 979 126	2,9	21,4
Tratores	116 359 205	2,1	122 324 088	1,8	5,1
Autopeças	122 701 837	2,3	115 054 466	1,7	-6,2
Óleo de soja refinado	81 154 184	1,5	111 788 831	1,6	37,7
Veículos de carga	73 518 330	1,4	111 304 889	1,6	51,4
Café solúvel	90 704 368	1,7	104 568 333	1,5	15,3
Madeira serrada	113 451 581	2,1	95 585 177	1,4	-15,7
Outros produtos	2 098 105 454	38,7	2 441 487 227	35,9	16,4
TOTAL	5 426 729 480	100,0	6 801 954 310	100,0	25,3

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

TABELA 7 - IMPORTAÇÕES SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO A JULHO 2006-2007

PRODUTO	JANEIRO-JULHO 2006		JANEIRO-JULHO 2007		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Óleos brutos de petróleo	597 036 712	20,2	870 486 196	18,6	45,8
Adubos e fertilizantes	108 429 566	3,7	518 807 939	11,1	378,5
Automóveis	126 161 286	4,3	307 162 346	6,6	143,5
Autopeças	258 158 908	8,8	296 456 409	6,3	14,8
Produtos químicos orgânicos	159 646 238	5,4	179 606 719	3,8	12,5
Motores para veículos	129 095 180	4,4	162 488 723	3,5	25,9
Plásticos e suas obras	93 266 058	3,2	136 619 445	2,9	46,5
Computadores e acessórios	48 946 996	1,7	112 078 152	2,4	129,0
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	82 731 248	2,8	91 780 557	2,0	10,9
Cereais	47 383 042	1,6	82 831 056	1,8	74,8
Compressores e bombas	55 462 951	1,9	59 445 800	1,3	7,2
Rolamentos e engrenagens	46 480 114	1,6	56 325 041	1,2	21,2
Óleos e combustíveis	24 283 623	0,8	47 454 348	1,0	95,4
Papel	38 682 355	1,3	41 249 457	0,9	6,6
Geradores e transformadores, elétricos	29 932 333	1,0	40 736 970	0,9	36,1
Outros produtos	1 102 828 520	37,4	1 673 266 917	35,8	51,7
TOTAL	2 948 525 130	100,0	4 676 796 075	100,0	58,6

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

TABELA 8 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2007

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 532	47 746 726	53 345 767	-5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	-6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	-6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	-1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	-293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
2006 <sup>(1)</sup>	10 001 941	5 977 953	4 023 988	137 469 700	91 383 878	46 085 822
Janeiro	607 826	397 353	210 474	9 270 707	6 450 579	2 820 127
Fevereiro	628 929	348 836	280 093	8 750 217	5 950 613	2 799 603
Março	857 017	562 085	294 932	11 366 397	7 732 025	3 634 371
Abril	784 114	371 940	412 174	9 803 478	6 731 688	3 071 789
Maio	699 260	302 104	397 156	10 274 815	7 280 810	2 994 005
Junho	721 879	323 658	398 220	11 434 687	7 370 655	4 064 032
Julho	1 120 130	642 524	477 606	13 621 551	7 990 400	5 631 150
Agosto	1 114 474	847 146	267 328	13 641 816	9 120 714	4 521 102
Setembro	854 701	451 842	402 859	12 547 906	8 118 937	4 428 969
Outubro	863 970	613 480	250 489	12 658 762	8 774 530	3 914 232
Novembro	817 786	632 830	184 956	11 865 698	8 673 177	3 192 521
Dezembro	931 856	484 154	447 702	12 233 668	7 219 749	5 013 919
2007 <sup>(1)</sup>	6 801 954	4 676 796	2 125 158	87 333 413	63 354 773	23 978 641
Janeiro	659 338	474 076	185 262	10 983 868	8 466 214	2 517 654
Fevereiro	761 248	539 414	221 834	10 129 505	7 226 120	2 903 385
Março	1 005 314	751 220	254 094	12 888 956	9 546 705	3 342 251
Abril	1 028 832	507 371	521 461	12 446 172	8 255 643	4 190 529
Maio	1 086 942	740 341	346 601	13 647 281	9 784 274	3 863 007
Junho	1 121 023	608 602	512 420	13 118 083	9 303 114	3 814 969
Julho	1 139 258	1 055 772	83 486	14 119 548	10 772 702	3 346 845

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 9 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - 1999-2007

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Julho	0,12
2000	6,23	Agosto	-0,23
2001	5,90	Setembro	0,02
2002	12,02	Outubro	0,92
2003	6,46	Novembro	0,68
2004	10,40	Dezembro	0,30
2005	4,05	2007	2,80
2006	4,82	Janeiro	0,16
Janeiro	1,21	Fevereiro	0,24
Fevereiro	0,15	Março	0,61
Março	0,53	Abril	0,51
Abril	0,76	Maio	0,56
Maio	0,30	Junho	0,36
Junho	-0,06	Julho	0,33

FONTE: IPARDES

TABELA 10 - PRINCIPAIS ÍNDICES NACIONAIS DE PREÇOS - 1980-2007

PERÍODO	VARIACÃO (%)				
	IPCA	IGP-DI	IGP-M	IPA-DI	INCC
1980	99,25	110,23	...	121,36	113,03
1981	95,62	95,20	...	94,28	86,12
1982	104,80	99,73	...	97,71	108,00
1983	164,01	211,02	...	234,04	148,91
1984	215,26	223,81	...	230,28	213,35
1985	242,23	235,13	...	225,77	283,63
1986	79,66	65,04	...	62,55	81,25
1987	363,41	415,95	...	407,25	416,58
1988	980,21	1 037,53	...	1 050,15	1 060,42
1989	1 972,91	1 782,85	...	1 748,91	2 022,58
1990	1 620,97	1 476,71	1 699,87	1 449,59	1 095,42
1991	472,70	480,23	458,38	471,67	486,30
1992	1 119,10	1 157,84	1 174,67	1 154,31	1 194,59
1993	2 477,15	2 708,17	2 567,34	2 639,47	2 763,41
1994	916,46	1 093,85	1 246,62	1 029,37	1 029,77
1995	22,41	14,77	15,24	6,38	31,48
1996	9,56	9,33	9,19	8,10	9,56
1997	5,22	7,48	7,74	7,80	6,81
1998	1,66	1,71	1,79	1,50	2,76
1999	8,94	19,99	20,10	28,88	9,20
2000	5,97	9,80	9,95	12,06	7,66
2001	7,67	10,40	10,37	11,88	8,85
2002	12,53	26,41	25,30	35,41	12,87
2003	9,30	7,66	8,69	6,27	14,42
2004	7,60	12,13	12,42	14,68	11,04
2005	5,69	1,23	1,20	-0,96	6,83
2006	3,14	3,79	3,83	4,29	5,04
Janeiro	0,59	0,72	0,92	0,81	0,34
Fevereiro	0,41	-0,06	0,01	-0,12	0,19
Março	0,43	-0,45	-0,23	-0,82	0,20
Abril	0,21	0,02	-0,42	-0,15	0,36
Mai	0,10	0,38	0,38	0,46	1,32
Junho	-0,21	0,67	0,75	1,06	0,90
Julho	0,19	0,17	0,18	0,17	0,47
Agosto	0,05	0,41	0,37	0,53	0,24
Setembro	0,21	0,24	0,29	0,28	0,11
Outubro	0,33	0,81	0,47	1,16	0,21
Novembro	0,31	0,57	0,75	0,75	0,23
Dezembro	0,48	0,26	0,32	0,11	0,36
2007	2,32	1,82	1,75	1,13	3,83
Janeiro	0,44	0,43	0,50	0,32	0,45
Fevereiro	0,44	0,23	0,27	0,19	0,21
Março	0,37	0,22	0,34	0,11	0,27
Abril	0,25	0,14	0,04	0,02	0,46
Mai	0,28	0,16	0,04	-0,04	1,15
Junho	0,28	0,26	0,26	0,09	0,92
Julho	0,24	0,37	0,28	0,42	0,31

FONTES: IBGE, FGV

Nota: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-2007

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
2002	4 306 640	2 361 718	1,82	7 554 424	46 383	162,87	2 726 240	252 031	10,82	1 216 176	313 642	3,88
2003	4 381 518	2 428 812	1,80	7 233 321	49 062	147,43	2 863 582	257 408	11,12	1 249 719	321 491	3,89
2004	4 466 727	2 495 584	1,79	7 129 565	50 032	142,50	3 024 575	266 491	11,35	1 320 089	327 097	4,04
2005	4 652 720	2 561 066	1,82	6 465 685	53 256	121,41	3 231 234	273 124	11,83	1 389 281	327 363	4,24
2006	4 825 757	2 637 502	1,83	6 021 426	56 686	106,22	3 406 894	278 963	12,21	1 431 185	328 469	4,36
Janeiro	415 781	2 570 195	0,16	475 983	53 566	8,89	294 389	273 046	1,08	124 095	327 246	0,38
Fevereiro	404 829	2 576 053	0,16	502 200	53 928	9,31	301 544	272 912	1,10	133 188	326 854	0,41
Março	390 598	2 581 912	0,15	488 030	54 294	8,99	295 773	273 215	1,08	128 747	326 387	0,39
Abril	400 790	2 588 383	0,15	509 353	54 735	9,31	298 101	273 781	1,09	126 208	326 305	0,39
Mai	383 903	2 590 863	0,15	490 630	54 830	8,95	261 176	274 018	0,95	119 583	326 829	0,37
Junho	396 396	2 597 694	0,15	511 250	55 156	9,27	260 430	274 767	0,95	109 868	327 049	0,34
Julho	393 991	2 603 097	0,15	497 918	54 980	9,06	258 816	275 273	0,94	109 814	326 867	0,34
Agosto	400 899	2 610 174	0,15	520 783	54 968	9,47	285 842	276 016	1,04	111 427	326 246	0,34
Setembro	396 383	2 618 166	0,15	505 983	55 274	9,15	273 776	276 700	0,99	113 815	326 789	0,35
Outubro	402 599	2 624 714	0,15	507 650	55 677	9,12	276 919	277 539	1,00	111 603	327 447	0,34
Novembro	424 608	2 631 833	0,16	521 583	56 268	9,27	297 881	278 330	1,07	119 962	327 780	0,37
Dezembro	414 980	2 637 502	0,16	490 063	56 686	8,65	302 247	278 963	1,08	122 875	328 469	0,37
2007												
Janeiro	442 919	2 644 799	0,17	443 091	56 973	7,78	307 101	279 356	1,10	130 369	328 967	0,40
Fevereiro	418 413	2 651 148	0,16	526 251	57 325	9,18	319 034	279 557	1,10	136 238	329 555	0,41
Março	418 469	2 655 889	0,16	502 165	57 583	8,72	322 547	279 942	1,15	135 601	330 086	0,41
Abril	435 110	2 660 491	0,16	524 576	58 057	9,04	336 068	280 786	1,20	132 617	330 880	0,40
Mai	422 852	2 665 712	0,16	515 276	58 173	8,86	300 165	281 588	1,07	126 826	331 464	0,38
Junho	491 131	2 669 686	0,16	526 908	58 132	9,06	289 729	281 981	1,03	116 996	331 744	0,35
Julho	404 262	2 650 948	0,15	526 725	57 432	9,17	282 438	280 066	1,01	115 254	331 563	0,35

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-2007

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
2002	672 706	4 399	152,92	525 399	3 492	150,46	20 096	582	34,53	17 021 681	2 982 247	5,71
2003	671 510	5 208	128,94	542 456	3 553	152,68	19 608	580	33,81	16 961 714	3 066 114	5,53
2004	685 577	6 667	102,83	551 210	3 619	152,31	21 874	571	38,31	17 199 617	3 150 061	5,46
2005	703 970	7 098	99,18	564 877	3 707	152,38	22 044	581	37,94	17 029 811	3 226 195	5,28
2006	716 112	7 882	90,85	573 640	3 855	148,80	23 695	582	40,71	16 998 709	3 313 939	5,13
Janeiro	59 530	7 180	8,29	50 703	3 713	13,66	2 043	581	3,52	1 422 524	3 235 527	0,44
Fevereiro	59 518	7 215	8,25	49 981	3 719	13,44	2 135	581	3,68	1 453 395	3 241 262	0,45
Março	59 412	7 241	8,20	47 504	3 709	12,81	2 001	583	3,43	1 412 065	3 247 341	0,43
Abril	59 661	7 263	8,21	49 197	3 714	13,25	2 031	588	3,45	1 445 341	3 254 769	0,44
Mai	59 409	7 324	8,11	49 353	3 738	13,20	1 964	589	3,33	1 366 018	3 258 191	0,42
Junho	59 422	7 372	8,06	48 482	3 753	12,92	1 820	587	3,10	1 387 668	3 266 378	0,42
Julho	59 652	7 422	8,04	46 176	3 751	12,31	1 839	588	3,13	1 368 206	3 271 978	0,42
Agosto	59 738	7 513	7,95	46 158	3 766	12,26	1 971	584	3,38	1 426 818	3 279 267	0,44
Setembro	59 929	7 611	7,87	45 330	3 783	11,98	1 978	584	3,39	1 397 194	3 288 907	0,42
Outubro	59 897	7 645	7,87	44 591	3 798	11,74	2 015	585	3,44	1 405 274	3 297 405	0,43
Novembro	59 821	7 808	7,66	48 239	3 814	12,65	1 919	582	3,30	1 474 013	3 306 415	0,45
Dezembro	60 123	7 882	7,63	47 926	3 855	12,43	1 979	582	3,40	1 440 193	3 313 939	0,43
2007												
Janeiro	60 263	7 930	7,60	49 210	3 877	12,69	1 991	585	3,40	1 434 944	3 322 487	0,43
Fevereiro	60 378	7 965	7,58	48 849	3 884	12,58	2 031	585	3,47	1 511 194	3 330 019	0,45
Março	60 472	7 984	7,57	46 291	3 881	11,93	1 938	583	3,32	1 487 483	3 335 948	0,45
Abril	60 715	8 004	7,59	49 752	3 884	12,81	2 263	580	3,90	1 541 101	3 343 132	0,46
Mai	60 317	8 050	7,49	46 883	3 881	12,08	1 833	583	3,14	1 474 152	3 349 451	0,44
Junho	60 565	8 077	7,50	47 744	3 890	12,27	1 779	583	3,05	1 462 852	3 354 093	0,44
Julho	60 460	8 088	7,48	45 629	3 902	11,69	1 810	580	3,12	1 436 578	3 332 570	0,43

FONTE: COPEL

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.



TABELA 12 - VENDAS DE COMBUSTÍVEIS, NO PARANÁ - 2000-2007

PERÍODO	VENDAS (m³)				
	Óleo Combustível	Gasolina <sup>(1)</sup>	Óleo Diesel	GLP	Álcool Hidratado
2000	477 427	1 583 337	3 031 779	842 922	445 214
2001	409 451	1 477 085	3 228 911	819 977	430 828
2002	377 406	1 435 096	3 353 184	787 611	370 418
2003	289 030	1 480 157	3 450 076	766 226	377 078
2004	190 052	1 580 815	3 601 808	790 619	538 763
2005	166 738	1 652 970	3 518 182	805 119	516 442
2006	151 314	1 645 806	3 390 443	814 109	520 584
Janeiro	12 218	132 397	246 277	59 302	39 473
Fevereiro	11 709	131 399	271 674	57 334	39 442
Março	15 368	141 531	345 288	69 761	34 311
Abril	12 510	135 684	287 508	63 507	30 647
Maio	14 842	137 113	282 046	76 777	36 117
Junho	11 414	130 726	281 086	70 722	39 022
Julho	12 615	130 068	295 239	71 092	44 632
Agosto	12 049	140 253	307 627	73 351	45 096
Setembro	13 949	137 611	285 341	69 880	49 015
Outubro	12 875	138 167	291 125	68 434	49 152
Novembro	11 634	134 883	263 345	67 779	52 557
Dezembro	10 130	155 974	233 789	66 170	61 121
2007	24 848	258 181	508 239	123 301	83 210
Janeiro	12 092	133 729	237 177	63 292	43 997
Fevereiro	12 756	124 452	271 062	60 009	39 213

FONTE: ANP

NOTA: Inclui o consumo das companhias distribuidoras.

(1) Não inclui a gasolina de aviação.

TABELA 13 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2007

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)												
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Jan/06	Fev/06	Mar/06	Abr/06	Mai/06	Jun/06
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	84,92	88,57	82,11	86,22	82,02	82,51	82,43
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	109,97	92,34	99,44	108,44	113,57	106,37	106,69
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	108,97	91,32	98,64	107,49	112,67	105,42	105,76
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	106,77	97,41	77,97	85,42	104,77	126,92	98,38
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	159,09	152,51	118,79	156,32	140,11	170,88	147,91
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	...	...	...	100,00	106,49	117,25	124,58	117,08	108,47	131,23	113,11	126,11	127,82
Livros, jornais, revistas e papelaria	...	...	...	100,00	86,81	86,80	83,57	103,09	106,77	98,47	79,07	77,74	66,62
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	...	...	...	100,00	97,82	173,86	263,35	179,19	215,71	249,79	206,76	240,19	299,45
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	...	...	...	100,00	114,68	130,80	151,90	116,31	113,60	133,43	157,15	151,30	134,76
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	113,42	101,31	98,04	110,11	111,96	114,30	108,63

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)												
	Jul/06	Ago/06	Set/06	Out/06	Nov/06	Dez/06	2007	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07	Mai/07	Jun/07
Combustíveis e lubrificantes	82,91	89,81	88,40	87,10	83,63	83,34	90,32	80,93	83,30	99,00	89,08	92,49	97,11
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	109,29	107,27	112,57	112,83	110,60	140,26	111,82	106,57	104,55	119,68	116,63	111,83	111,67
Hipermercados e supermercados	108,27	106,16	111,60	111,75	109,55	139,01	110,79	105,64	103,65	118,59	115,48	110,78	110,60
Tecidos, vestuário e calçados	101,73	101,76	96,66	93,76	101,24	195,19	103,25	98,63	78,44	93,03	111,04	135,94	102,39
Móveis e eletrodomésticos	148,51	159,10	155,57	159,43	158,54	241,41	162,42	180,81	132,56	160,12	154,04	185,55	161,43
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	119,70	129,42	124,38	125,37	122,04	150,20	123,84	117,98	110,54	130,75	119,37	132,49	131,88
Livros, jornais, revistas e papelaria	77,46	98,72	61,98	58,05	51,71	123,15	92,46	107,72	107,90	107,87	81,91	77,40	71,95
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	240,69	309,08	269,10	277,95	278,50	393,73	293,86	282,28	250,16	332,66	274,27	300,74	323,06
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	136,00	150,83	134,74	156,17	161,75	276,73	147,26	144,08	121,11	145,25	156,53	166,21	150,36
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	110,06	112,87	113,04	113,97	112,87	153,87	115,31	112,28	102,99	120,18	117,44	122,43	116,52

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 14 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2007

SEÇÃO/ATIVIDADE <sup>(1)</sup>	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) <sup>(2)</sup>																	
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Jan./06	Fev./06
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	102,3	97,6
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	88,1	81,2
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	124,7	118,1
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	111,9	102,0
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	116,8	105,9
Edição, impressão e reprodução de gravações	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	100,0	100,0	133,5	186,5	190,7	203,7	113,7
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	91,1	87,0
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	53,7	66,8
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	104,1	100,7
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	89,1	78,9
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	90,6	100,7
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	122,0	108,4
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	112,0	107,3
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	117,5	159,9
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	75,1	68,7

SEÇÃO/ATIVIDADE <sup>(1)</sup>	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) <sup>(2)</sup>																
	Mar./06	Abr./06	Maior/06	Jun./06	Jul./06	Ago./06	Set./06	Out./06	Nov./06	Dez./06	2007	Jan./07	Fev./07	Mar./07	Abr./07	Maior/07	Jun./07
Indústria de transformação	115,3	107,4	122,6	118,9	115,4	128,2	119,9	127,2	123,7	113,6	118,4	105,6	106,1	128,4	121,4	124,9	123,8
Alimentos	104,8	103,9	125,5	127,1	130,9	137,1	118,8	125,2	104,4	100,0	109,5	88,1	90,9	114,6	121,1	116,6	125,9
Bebidas	124,1	109,4	100,6	96,8	95,7	125,9	109,6	135,7	150,7	162,6	108,3	115,8	108,9	121,1	109,2	105,7	88,9
Madeira	111,1	111,0	104,4	104,2	97,2	96,1	98,8	94,9	95,2	87,1	92,8	89,2	90,3	91,4	86,0	101,3	98,7
Celulose, papel e produtos de papel	120,8	114,6	117,3	97,3	118,0	119,3	115,8	116,9	119,2	116,1	114,9	115,0	107,8	118,1	117,5	111,7	119,5
Edição, impressão e reprodução de gravações	154,5	161,9	200,1	209,9	163,1	168,4	258,3	268,1	327,4	303,6	179,9	197,9	197,9	236,6	230,0	114,3	102,8
Refino de petróleo e álcool	83,0	88,0	106,6	104,3	111,5	109,1	98,0	101,6	95,5	91,9	90,9	86,9	69,5	93,2	90,5	106,0	99,1
Outros produtos químicos	53,4	47,2	47,3	52,5	66,6	118,2	121,8	128,6	77,0	59,5	75,8	58,0	79,4	83,6	71,5	72,6	89,9
Borracha e plástico	112,1	96,8	115,0	103,6	106,0	118,8	114,0	119,6	114,4	100,9	108,1	108,7	100,4	120,5	105,2	109,0	104,7
Minerais não metálicos	93,1	81,1	95,9	94,5	86,1	95,5	90,1	92,7	91,5	92,2	108,5	90,8	97,7	108,8	119,6	115,5	118,4
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	122,5	92,7	101,3	103,3	99,6	105,3	95,8	105,5	111,2	101,1	108,1	90,7	99,3	121,9	113,3	125,9	97,7
Máquinas e equipamentos	123,6	113,1	126,9	125,0	111,8	125,5	131,2	115,5	136,6	121,8	139,2	123,6	125,8	147,1	130,8	155,1	152,7
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	130,3	102,4	123,8	114,0	115,4	110,9	112,8	120,2	123,1	117,9	133,2	122,2	116,2	131,6	137,9	152,2	139,1
Veículos automotores	217,8	181,3	207,9	190,9	147,7	191,6	132,2	174,4	176,7	145,1	202,7	167,6	176,0	238,0	185,7	233,0	215,8
Mobiliário	85,4	74,7	89,6	76,7	81,7	101,5	94,4	105,9	123,2	102,4	91,4	81,9	84,5	92,6	93,4	100,3	95,6

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

(2) Índice sem ajuste sazonal.

TABELA 15 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2007

SEÇÃO / DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)												
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Jan./06	Fev./06	Mar./06	Abr./06	Mai/06	Jun./06	Jul./06
Indústria geral	99,9	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	104,8	104,8	105,1	105,7	106,2	106,9	107,1
Indústrias extrativas	99,0	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	72,0	73,8	73,8	73,7	76,1	75,6	75,8
Indústria de transformação	99,9	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	105,3	105,2	105,5	106,1	106,5	107,3	107,5
Alimentos e bebidas	103,9	112,9	124,0	130,2	145,8	148,5	147,0	148,2	147,4	147,4	147,9	149,6	149,1
Fumo	160,7	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	109,1	310,2	411,0	414,9	219,6	97,2	87,1
Têxtil	103,9	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	97,3	98,7	98,0	99,2	100,1	99,8	97,6
Vestuário	99,1	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	131,5	133,3	132,2	131,0	131,1	132,6	133,9
Calçados e couro	102,3	94,2	84,9	77,5	87,3	100,3	90,2	92,0	95,4	97,2	95,4	97,7	106,8
Madeira	88,5	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	59,9	57,9	58,2	58,0	59,0	60,1	58,8
Papel e gráfica	99,8	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	116,4	116,4	116,9	118,0	121,8	122,2	122,6
Refino de petróleo e combustíveis	130,3	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	145,7	140,4	181,9	216,1	254,8	256,5	262,5
Produtos químicos	97,9	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	87,7	87,7	92,0	91,1	88,2	90,1	91,4
Borracha e plástico	99,1	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	91,2	90,0	91,0	90,8	90,2	88,6	93,1
Minerais não-metálicos	104,0	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	115,5	115,0	114,5	113,7	112,6	111,9	111,3
Metalurgia básica	109,3	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	75,1	76,3	77,3	74,9	73,8	73,4	72,1
Produtos de metal <sup>(1)</sup>	101,0	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	101,4	103,2	102,5	104,1	102,6	104,5	102,7
Máquinas e equipamentos <sup>(2)</sup>	100,7	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	130,2	128,8	123,0	123,6	123,7	124,5	124,4
Máquinas e aparelhos elétricos <sup>(3)</sup>	104,8	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,8	95,6	94,8	94,3	95,0	93,8	94,1
Fabricação de meios de transporte	97,0	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	112,3	112,0	111,2	112,4	112,4	112,5	112,2
Fabricação de outros produtos	99,1	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	62,9	61,6	61,8	62,8	62,0	62,7	63,1

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)											
	Ago/06	Set/06	Out/06	Nov/06	Dez/06	2007	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07	Mai/07	Jun/07
Indústria geral	106,2	106,4	106,3	105,9	103,2	107,7	106,1	106,3	107,5	108,3	109,0	109,1
Indústrias extrativas	76,0	75,7	75,8	77,3	75,9	77,0	76,6	77,2	76,9	76,6	77,7	77,1
Indústria de transformação	106,6	106,8	106,7	106,3	103,5	108,1	106,5	106,7	107,9	108,7	109,4	109,5
Alimentos e bebidas	146,7	148,9	149,9	150,3	150,3	156,4	155,9	157,8	158,1	155,0	155,8	155,5
Fumo	85,4	87,1	88,0	83,6	79,2	317,1	110,7	301,0	409,6	411,3	389,2	280,6
Têxtil	98,4	98,5	99,2	97,1	92,5	92,1	91,5	90,4	93,1	92,8	92,6	92,2
Vestuário	130,9	129,1	131,3	130,7	120,6	127,4	122,1	125,6	127,4	130,4	130,9	127,7
Calçados e couro	106,5	111,0	110,4	106,3	94,6	98,9	93,6	98,0	100,7	99,8	100,5	101,0
Madeira	56,3	54,5	53,1	51,3	50,5	49,6	51,0	50,0	51,0	50,3	48,3	47,3
Papel e gráfica	123,1	124,6	124,8	126,6	124,8	126,7	125,5	125,7	126,8	126,9	127,4	128,1
Refino de petróleo e combustíveis	263,7	261,7	226,4	207,2	152,5	214,6	150,6	156,6	185,3	245,7	276,8	272,8
Produtos químicos	93,4	97,1	96,8	95,9	95,0	107,0	106,0	105,6	106,5	106,8	108,0	109,1
Borracha e plástico	92,0	92,5	92,3	91,9	90,7	95,2	93,5	94,0	94,8	94,7	96,4	97,9
Minerais não-metálicos	113,9	114,3	114,3	115,1	115,0	128,7	131,5	129,3	127,2	128,3	127,6	128,5
Metalurgia básica	70,6	69,6	68,2	69,6	69,1	66,0	65,3	65,8	65,9	65,7	66,1	67,0
Produtos de metal <sup>(1)</sup>	101,2	97,9	98,8	99,2	95,4	94,4	94,5	92,9	93,4	93,2	95,0	97,5
Máquinas e equipamentos <sup>(2)</sup>	125,3	126,2	125,6	126,6	125,4	126,1	124,0	120,6	121,0	128,4	130,9	131,5
Máquinas e aparelhos elétricos <sup>(3)</sup>	93,9	94,8	94,1	94,9	94,9	96,7	91,3	95,2	97,6	98,3	99,9	98,2
Fabricação de meios de transporte	112,1	112,1	112,0	112,9	112,1	136,9	133,7	133,4	135,7	137,5	139,6	141,4
Fabricação de outros produtos	63,1	64,1	65,7	66,3	65,6	64,6	65,7	64,3	63,8	63,3	64,3	66,3

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 16 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ<sup>(1)</sup> - 1995-2007

ANO	SETORES (número de vagas)						Total
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
Janeiro	2 532	2 080	219	1 901	132	-	6 864
Fevereiro	4 774	709	1 866	7 199	53	-	14 601
Março	5 113	243	-460	3 345	1 794	-	10 035
Abril	7 870	462	2 728	4 421	4 849	-	20 330
Mai	2 894	1 903	2 550	3 673	2 448	-	13 468
Junho	2 387	-366	-15	2 277	326	-	4 609
Julho	2 528	660	1 122	2 052	637	-	6 999
Agosto	1 896	609	1 677	3 446	-370	-	7 258
Setembro	3 162	856	3 007	3 483	-594	-	9 914
Outubro	2 864	536	3 823	4 145	-195	-	11 173
Novembro	-3 941	97	5 407	3 701	-2 284	-	2 980
Dezembro	-8 382	-1 834	-719	-5 349	-5 551	-	-21 835
2007	43 431	5 786	11 582	21 684	12 732	-	95 215
Janeiro	5 958	1 745	-191	1 914	-562	-	8 864
Fevereiro	6 443	-13	1 888	4 953	686	-	13 957
Março	8 359	1 124	2 539	4 276	3 792	-	20 090
Abril	12 696	1 071	3 407	5 078	5 226	-	27 478
Mai	6 433	1 151	2 289	3 965	2 522	-	16 360
Junho	3 542	708	1 650	1 498	1 068	-	8 466

FONTE: CAGED – MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 17 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2004-2007

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) <sup>(1)</sup>	PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) <sup>(1)</sup>
2004		Outubro	6,5
Janeiro	7,1	Novembro	5,1
Fevereiro	7,5	Dezembro	5,5
Março	8,9	2006	
Abril	8,2	Janeiro	7,2
Maió	8,4	Fevereiro	7,9
Junho	8,7	Março	8,2
Julho	8,9	Abril	8,7
Agosto	8,2	Maió	7,6
Setembro	7,9	Junho	6,8
Outubro	8,4	Julho	6,7
Novembro	8,0	Agosto	6,4
Dezembro	7,2	Setembro	6,4
2005		Outubro	5,7
Janeiro	7,7	Novembro	5,9
Fevereiro	8,7	Dezembro	5,6
Março	8,5	2007	
Abril	8,2	Janeiro	5,6
Maió	8,1	Fevereiro	6,6
Junho	7,9	Março	7,1
Julho	7,6	Abril	6,4
Agosto	7,6	Maió	7,0
Setembro	7,0		

FONTE: PME - IPARDES/IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

(1) Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.

TABELA 18 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 1995-2006

ANO	PARANÁ		BRASIL <sup>(1)</sup>	
	Valor (R\$ milhão) <sup>(2)</sup>	Varição Real (%)	Valor (R\$ milhão) <sup>(2)</sup>	Varição Real (%)
1995	38 369	1,78	705 641	4,22
1996	47 720	7,24	843 966	2,15
1997	52 849	0,89	939 147	3,38
1998	56 798	5,30	979 276	0,04
1999	61 724	2,32	1 064 000	0,25
2000	65 969	5,06	1 179 482	4,31
2001	72 770	4,59	1 302 136	1,31
2002	81 449	1,70	1 477 822	2,66
2003	99 000	5,20	1 699 948	1,15
2004	108 699	3,2	1 941 498	5,71
2005 <sup>(3)</sup>	...	0,3	2 147 944	2,94
2006 <sup>(3)</sup>	...	1,4	2 322 818	3,70

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série do Sistema de Contas Nacionais. Em razão das mudanças no cálculo do PIB do Brasil, há restrições na mensuração das participações dos estados na renda nacional, até a revisão do PIB das unidades da federação.

(2) Preços correntes.

(3) Estimativa, no caso do Paraná.